



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 26 DE ABRIL DE 2013

----- No dia vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e treze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela presidente Maria de Lurdes Castro e secretariada por Joaquim José Rocha e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012; -----

----- 4 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --

----- 5 - Candidatura ao sistema de apoio à modernização administrativa dos Municípios do Tâmega e Sousa; -----

----- 6 - Alteração dos estatutos da Empresa Municipal “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM” – Retificação; -----

----- 7 - Assunção de compromissos plurianuais – procedimentos abertos no ano de 2012; -----

----- 8 - Relatório Anual de Actividades referente ao ano de 2012 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada; -----

----- 9 - Documentos previsionais do ano de 2013 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Virgínia Luzia Santos Monteiro em substituição de Jorge Manuel Neto, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patricia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, Elsa da Silva Duarte Marques em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira, José Augusto Campos de Barros, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão, Dora Manuela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Luís de Magalhães Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno Alentém e Maria de Lurdes de Castro, num total de trinta e nove membros. Estiveram também presentes o senhor vice-presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e Agostinho Gaspar. -----

----- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa começou por informar que a vereadora Maria Cândida Barreira se encontra com o mandato suspenso por 180 dias e a vaga foi preenchida pela Maria Cândida Novais. Informou ainda que Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituiu o membro Jorge Manuel Neto que comunicou uma ausência por oito dias e Elsa da Silva Duarte Marques substituiu o membro José Bernardino Nogueira que comunicou uma ausência por quinze dias. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, que foi aprovada por trinta e oito votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Cláudia Patricia Lousada -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Oliveira. -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente da Mesa, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição Dr. Pedro Machado, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhora presidente da Junta, senhores presidentes da Junta, excelentíssimos membros desta Assembleia, público e comunicação social. Mais uma vez comemoramos Abril e mais uma vez fizemos em festa e em luta. Em festa recordando os dias luminosos da revolução de Abril, com as suas conquistas que transformaram profunda e positivamente Portugal, conferindo aos trabalhadores e ao povo aqueles direitos fundamentais a que todo o ser humano, pelo simples facto de existir, tem direito. Em luta, erguendo bem alto a bandeira dos valores e dos ideais transformadores de Abril, que constituem referências dominantes para a luta das massas trabalhadoras e populares no tempo em que vivemos. Em festa, porque é de Abril que se trata e Abril foi a maior e a mais bela festa da nossa vida coletiva, desde logo com aquele inesquecível dia vinte e cinco e depois com os dias, semanas e meses que lhes sucederam. E que porque foram tempos de iniciação de um país novo ficaram para sempre marcados nas nossas memórias e nos nossos corações. Em luta, porque é necessário, imperioso derrotar aqueles que de há trinta e sete anos a esta parte tudo têm tentado para cerrar definitivamente as portas que Abril abriu, e se preparam agora para dar mais um perigoso passo nesse sentido. A vontade de luta para pôr termo à política de direita devastadora de Abril, e à alternância de governo gémeos na aplicação dessa política, sairá consideravelmente reforçada nos muitos e muitos milhares de portugueses que por todo o país comemoraram o trigésimo nono aniversário de Abril, participando em múltiplas iniciativas, grandes manifestações de massas, almoços e jantares de confraternização, convívios, debates e espetáculos. Na verdade a luta contra a política das *troikas* e por uma política patriótica de esquerda é uma luta por Abril, porque é uma luta pela democracia, pelo respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo, pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela justiça social, pela independência nacional. E Abril foi tudo isso, daí o ódio que lhe votam o grande capital predador e os governantes seus fiéis servidores, enquanto protagonistas da política de direita. Ocorreram as comemorações de mais um aniversário de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Abril, num momento particularmente perigoso para o nosso país e para o nosso povo, o momento em que o governo PSD-CDS cada vez mais isolado e fragilizado, com apoios cada vez mais reduzidos e vendo o tempo a fugir, intensifica a sua obra de destruição de modo a não deixar pedra sobre pedra. Quando, contra a sua vontade, mas pela vontade do povo, foi forçado a ir fazer o inferno para outro lado. É isso que transparece de forma clara deste programa, congeminado por Passo Coelho e Paulo Portas sob a batuta da *troika*, (FMI, BCE e União Europeia) e que este governo se prepara por levar por diante. Trata-se de facto como sublinhou o meu camarada Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP: “um programa de terrorismo social que, a concretizar-se, não só mutilará gravemente o regime democrático como agravará ainda mais a recessão económica e o desemprego”. Trata-se efetivamente de um novo e demolidor ataque aos rendimentos e aos direitos dos trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado, de um novo demolidor assalto aos reformados e pensionistas, às funções sociais do estado, aos direitos do povo, à saúde, à educação, à segurança social. Trata-se de um novo e grave passo no aprofundamento do processo de extorsão dos trabalhadores e do povo a favor dos grandes grupos económicos e financeiros. Trata-se de um novo e mais perigoso avanço da ofensiva contra Abril e os seus valores, a sua democracia e a sua Constituição. Como dizia *Bertold Brecht* “há muitas maneiras de matar, podem espetar-te uma faca, arrancar-te o pão, não te curar de uma enfermidade, meter-te numa casa sem condições, torturar-te até á morte por meio de um trabalho, levar-te para a guerra, etc.” Somente poucas coisas destas estão proibidas no nosso país. A CDU irá entregar à Mesa uma Moção contra mais um grave ataque às populações que é o da privatização da água e saneamento.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Mesa, senhores secretários, senhor vereador Dr. Pedro Machado em substituição do senhor presidente, senhoras vereadoras, senhor vereador, membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, senhores representantes da comunicação social. Uma breve análise de algo que li, relativo à última ata e sobre o que não me pude pronunciar, até porque, como é norma, o senhor presidente da Câmara foi o que teve a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

última intervenção. Rapidamente uma referência ao problema do caminho em Figueiras que eu aqui apresentei. Houve um auto, houve um pedido de legalização de pilar, o que decidiu a Câmara? Autorizar a construção? E a corrente que impede o acesso de viaturas, como se resolve este problema? Quanto à urbanização da Granja e aqui vou ser um bocadinho mais prolongado embora pouco. Sucede que houve uma referência dizendo: “quanto à novela que referiu”. Chamar novela a uma realidade que não pode ser desmentida, realmente só e concebível e aceitável por quem está com uma certa perturbação, talvez, com o aproximar das eleições. Estive a pensar e, uma confusão com a minha neta, essa sim intérprete de telenovelas ou novelas, passe aqui o elogio, não é possível, por duas razões: é muito mais nova e é muito, muito mais bonita que o avô. “Cobertor”: foi dito pelo senhor vereador que se soubesse da minha disposição para dormir na Câmara, me teria oferecido um cobertor. Agradeço a disponibilidade e o auxílio que se preparava para me prestar, mas deve saber perfeitamente que favores políticos não aceito. “Não é difícil falar com o senhor vereador”: é a segunda vez que tenho imensa dificuldade; da outra vez foi necessário tomar algumas medidas e esta foi à terceira. Com outras pessoas talvez, comigo a realidade é diferente e tanto quanto eu sei, não tenho nenhuma doença que se apegue, contagiante. Não compreendo a razão, deve ser uma exceção, devo merecer uma simpatia muito particular por parte do senhor vereador. Quanto ao problema de esvaziar as fossas, afirmou ser crime e o elemento da Junta presente na reunião, prontificou-se a fornecer inclusivamente a matrícula do trator. Portanto é uma realidade indesmentível; se necessário for a pessoa em causa fornecerá a matrícula do trator. São factos, não é novela. Afirmar, não é dar a entender, haver pessoas ligadas à urbanização que fizeram queixas, não saberem distinguir o que é uma rede de águas pluviais de uma rede de saneamento, é um tratamento demasiado básico para com as populações. Espero que durante a campanha a linguagem seja diferente; vai ser de certeza. Fala aqui, “se porventura tiver acontecido”. Não é porventura se tiver acontecido, aconteceu mesmo, a realidade é essa, não vamos negar uma realidade que existiu. Provas, senhor vereador: não é meu hábito falar para a ilustre plateia, mas se me obrigar a responder eu peço autorização para isso. Não sou pessoa de ouvir e calar, já me conhecem. Faz referência a ter-me ausentado e não ter ouvido a declaração que fez acerca da denominação, da designação com que se me dirige. Não é nenhuma ofensa, nem pensar nisso, não me tratem por capitão; militarmente sou assim, até no bilhete de identidade é assim que consta, não me tratar por deputado é a mesma coisa, simplesmente em democracia somos todos iguais. Apenas quero



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

registar que foi uma resposta à maneira como tem-se dirigido à minha pessoa. Aqui fica mais uma vez esta nota. Faz referência que não andou na tropa. Não sei se bem ou mal, o serviço militar deixou de ser obrigatório mas que é reconhecidamente uma boa escola da vida, é, embora com muitos defeitos, e há uma coisa que é fundamental na vida militar: é que não se tolera a mentira, desculpem, a falta de verdade.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta, senhores deputados e estimado público. O cuidado e a preocupação com os cuidados de saúde primários e nomeadamente de proximidade às populações é de facto, uma matéria que nos deve preocupar a todos e que preocupa de facto todos os elementos da coligação “Lousada Viva”. E portanto, eu quero aqui de forma saudável, salutar no que concerne a essa preocupação, o município de Lousada, pela Moção que apresentou em reunião de Câmara relativamente ao possível encerramento da unidade de Lustosa, do centro de saúde de Lustosa. Uma Moção que foi apresentada com base em boatos, é um facto, de algum modo precipitada, também é um facto, mas quero aqui apenas neste ponto deixar e assegurar ao município que estou em condições de assegurar ao concelho que tal não sucederá e que se prevê inclusive a abertura de uma nova unidade de saúde familiar em Lustosa. Portanto atempadamente e se assim me permitirem farei chegar aos serviços da Assembleia Municipal o documento do governo de Portugal que o comprova para que todos os senhores deputados tenham acesso.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Nós PS, congratulamo-nos por este município não ter entrado para o endividamento público que derrapou mais de cinco virgula três milhões de euros em dois mil e doze, atingindo cento e vinte e três virgula seis do PIB, já que o governo previa que a dívida publica fosse de cento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dezanove virgula um por cento do PIB, no final de dois mil e doze. E mais uma vez, o senhor ministro das finanças falhou, o que é para admirar... Congratulamo-nos igualmente, pelo nosso município não fazer parte da lista dos municípios que aderiram ao programa de apoio à economia local (PAEL), que como sabem foi um balão de oxigénio para a regularização do pagamento de dívidas a fornecedores, vencidas há mais de noventa dias. No balanço que em tempo o ex-ministro Dr. Miguel Relvas fez do PAEL, contam-se oitenta e oito candidaturas aprovadas pelo governo, a envolver quatrocentos e setenta e cinco milhões de euros. Outros vinte e quatro contratos, que somam trezentos e quatro milhões, estavam a ser avaliados pelo governo. Estão envolvidas verbas de cerca de oitocentos milhões de euros. Por uma questão de rigor e porque estamos perto das eleições autárquicas, seria de toda a justiça que o governo publicitasse as autarquias que aderiram ao programa e as verbas que lhes foram concedidas.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Coincide esta sessão da Assembleia com a última prestação de contas do executivo camarário com o Dr. Jorge Magalhães na presidência. Na impossibilidade de apresentar o testemunho da bancada do partido socialista no ponto correspondente da agenda de trabalhos de hoje, em virtude desta intervenção extravasar os limites estritos que a discussão em causa comporta, entendemos, apesar disso, e por ser de justiça e de verdade enaltecer publicamente e para a história da gestão autárquica do concelho, o admirável e exímio trabalho dos sucessivos executivos desde mil novecentos e oitenta e nove. Ao longo deste período Lousada conheceu uma revolução inaudita, transformando um concelho pobre e atrasado num dos mais eficientes e atrativos do país. Assegurando condições de bem-estar e de qualidade de vida, verdadeiramente impensáveis há duas dezenas de anos e sobretudo valorizadas por quem reconhece a extraordinária transformação verificada. A rede de acessibilidades que proporciona uma invejável centralidade ao município, outrora excluído das principais vias de comunicação. Os elevadíssimos investimentos na educação, bem patentes no crescimento exponencial da rede do pré-primário a requalificação das escolas do primeiro ciclo, a construção de várias escolas do ensino básico e secundário e nas atividades do enriquecimento curricular. No desporto com a aposta claramente ganha do complexo desportivo, as piscinas municipais e pavilhões polidesportivos e o fomento de muitas modalidades com êxitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que nos engrandecem e estimulam. Na cultura, com o auditório, a biblioteca e os programas de animação associados que tornam o concelho uma grande referência na região, são indicadores, claros e indesmentíveis do notado progresso verificado. Na área do ambiente, o desenvolvimento foi também insuperável, a expansão extraordinária das redes de água e saneamento, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, criação de espaços verdes e zonas de lazer, políticas de urbanismo e de ordenamento do território adequadas à realidade local. A lista poderia prosseguir pela habitação social, a criação de polos de desenvolvimento industrial, a melhoria da rede elétrica, a participação ativa na construção de equipamentos pelas Juntas de Freguesia, associações e outras instituições representativas. Neste ciclo governativo registou-se elevado dinamismo demográfico, a população tornou-se na mais jovem do país com a menor taxa de envelhecimento e o menor índice de dependência de idosos em relação ao total dos ativos. Mais recentemente acentuou-se a aposta na ação social, principalmente através de um conjunto de iniciativas de apoio às famílias mais fragilizadas pela crise avassaladora e pela austeridade impiedosa. Mas senhora presidente da Assembleia, excelentíssima Câmara, senhores deputados, torna-se ainda mais elogioso o desempenho do Dr. Jorge Magalhães e da sua equipa verificando que as contas de gerência revelam uma excelente saúde financeira. Chegar ao fim de seis mandatos, plenos de realizações, e apresentar uma gestão tão criteriosa e responsável como o relatório remetido a esta Assembleia que minuciosamente discrimina e o parecer do revisor oficial de contas sanciona de forma tão clarividente, constituiu assim uma proeza que não deve passar despercebida. Por isso é da mais elementar justiça testemunhar o nosso louvor por tão elevada capacidade de trabalho, tão profícua organização e tão preponderada aplicação dos direitos públicos. Merece pois o Dr. Jorge Magalhães e as pessoas que o acompanharam um voto de profunda gratidão pela competência, dedicação e rigor colocados na administração do nosso município, de resto já sufragada nas sucessivas reeleições. No entanto importa sublinhar que o Dr. Jorge Magalhães é já por direito próprio o melhor presidente da Câmara da história do concelho, se eventualmente poderemos hoje ser acusados de parcialidade, o futuro encarregar-se-á de confirmar o acerto e a verdade desta apreciação. A história da nossa terra já tem reservado para ele um lugar proeminente.» -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção do senhor capitão Campos de Barros. Eu queria começar por dizer que tenho alguma dificuldade em perceber a mensagem, não sei se o defeito é do recetor ou do emissor, mas queria começar por lhe dizer que não tenho nada contra o senhor e espero também que o senhor não tenha nada contra a minha pessoa. E portanto respeito-o como qualquer cidadão. Referiu que se for preciso dá a matrícula do trator. O senhor capitão não precisa de vir aqui para Assembleia falar do assunto, enquanto cidadão faz uma participação às entidades competentes e denuncia aquilo que achar que deve ser denunciado. Agora, não me peça a mim para fazer esse trabalho persecutório. Eu sei que o senhor de quando em vez gosta de fazer isso, já apresentou uma queixa contra o senhor presidente da Junta de Covas por ele andar a conduzir uma carrinha, quando o funcionário estava doente ou impossibilitado. Agora é um direito que lhe assiste, tudo bem, mas quanto a isso tem esse direito, fazer a queixa que entender às entidades competentes, porque eu não sei quando é que foi nem em que circunstâncias foram e não sou o seu relator. Portanto é o conselho que eu lhe posso dar. Relativamente à intervenção do deputado Simão Ribeiro, fico mais tranquilo com aquilo que afirmou e portanto se de facto era mero boato fico satisfeito por isso e fico mais descansado. Espero que aquilo que referiu da unidade de saúde familiar, ela seja instalada no espaço que a Câmara já com o anterior governo protocolou. Portanto esse investimento já é tardio e será com certeza bem-vindo na freguesia de Lustosa e no concelho de Lousada. E é um ato de inteira justiça porque as instalações atuais não reúnem as condições desejadas para a prática médica.» -----

----- Em defesa da honra Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Primeiro de tudo espírito persecutório se chama a isso. Cumprir a minha missão, chamar à atenção para uma situação de ilegalidade que me foi transmitida por vários cidadãos. Temos uma interpretação muito diferente do que deve ser a obrigação de alguém que serve as populações, primeira coisa. Segundo, quanto ao problema da fossa senhor vereador, eu olho para si e não preciso de testemunhas, tudo isto foi apresentado numa reunião com pessoal da Junta e houve alguém que se prontificou a dar a matrícula; não vou por aí porque o senhor vereador disse que ia tomar as medidas necessárias, é esta a realidade. Se alguém não tem coragem de o dizer cara a cara, eu tenho.» -

----- De seguida foi apresentada a proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

membro Independente propõem um voto de louvor às equipas de Sub-12 e Sub-14 de hóquei de sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título de Campeões Nacionais” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número quatro foi aprovada por quarenta e três votos a favor e 1 abstenção do seguinte membro: -----

----- E a proposta número cinco do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do senhor João Amadeu Ferro, membro desta Assembleia” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos. -----

----- E a proposta número seis do seguinte teor: “Os grupos municipais, o membro Independente e a Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, propõem um voto de louvor ao Centro Cultural e Desportivo da Ordem, pelo mérito desportivo das camadas jovens, alcançado na época de 2010/2011 na modalidade de futsal, em particular à equipa de juvenis masculinas e sua equipa técnica, pela subida à 1ª Divisão Distrital na época 2010/2011”-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número seis foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos. -----

----- E A Moção A apresentada pelo grupo municipal da coligação “Lousada Viva” do seguinte teor: “ O desporto automóvel em Lousada sempre foi, mais no passado que no presente, um móbil dinamizador de referência da economia local e da atividade do concelho além-fronteiras. É, indubitavelmente, uma referência caracterizadora do nosso concelho. Numa altura em que a Federação Internacional do Automóvel (FIA) considera o objetivo do Automóvel Clube de Portugal (ACP) em voltar a organizar a prova automobilística “ Rally de Portugal” na região Norte do país, a coligação “Lousada Viva” reafirma o seu enunciado apresentado no último ato eleitoral autárquico em “ apoiar efetivamente o Clube Automóvel de Lousada para que as melhores provas nacionais e internacionais do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desporto automóvel se realizem em Lousada”. Assim, o grupo municipal da Coligação Lousada Viva (PPD-PSD/CDS-PP), ao abrigo da alínea b), do nº 1, do art.º 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte Moção: Deve a Câmara Municipal estabelecer os contactos institucionais ao seu alcance, para que a próxima edição do Rally de Portugal contemple a realização de uma das suas principais etapas no concelho de Lousada. Deve a Câmara Municipal apoiar o Clube Automóvel de Lousada, através dos meios técnicos e financeiros necessários, sem pôr em causa o equilíbrio político e financeiro de apoios semelhantes às restantes entidades concelhias e a própria sustentabilidade financeira da autarquia, com vista a concretização de um plano estratégico de realizações desportivas motorizadas que dinamizem o desporto automóvel em Lousada, a economia local e a projeção das ofertas e mais-valias concelhias na região, no país e no estrangeiro”. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Assembleia Municipal dizer que efetivamente a apresentação desta Moção vem na linha da apresentação de uma Moção de índole semelhante pelos senhores vereadores da coligação “Lousada Viva” em reunião de Câmara. Tal como o texto, muito bem lido pela senhora presidente, expõe, aquilo que nós defendemos é precisamente isso, ou seja que se volte a projetar o concelho de Lousada no âmbito do desporto automóvel e que através dessa modalidade se dinamize também a economia local, sem com isso colocar em causa qualquer outro critério de atribuição de apoios a outras entidades que não somente ao CAL - Clube Automóvel de Lousada e também a própria sustentabilidade financeira da autarquia.» -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Em relação à Moção apresentada pela coligação “Lousada Viva” é óbvio que a CDU estará de pleno acordo. Queria também acrescentar que desporto automóvel fazendo parte da nossa história, do nosso concelho, como já foi apelidado como “capital do automobilismo”. A hipótese de regresso da prova do campeonato de ralis mais propriamente do Rally de Portugal para o Norte do país, sendo que em anos transatos essa prova já teve durante alguns anos classificativa no nosso concelho, levando o nome de Lousada aos quatro cantos do mundo. Sendo que neste contexto da possível alteração do local, a CDU-Lousada proponha à Câmara também, e porque é aqui no Norte que os espectadores ocorrem em maior número e que seria benéfico, como disseram e muito bem, para o comércio e turismo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e toda a economia local em especial neste momento difícil que atravessamos, neste contexto a CDU-Lousada sugeria que a Câmara formalizasse a candidatura às respetivas entidades FPAK ou ACP em conluio com o clube automóvel de Lousada como é óbvio, da pretensão de efetivação de pelo menos duas classificativas que outrora decorriam no nosso concelho: a super especial na pista da costilha e a classificativa da Serra de Campelos. E porque os novos regulamentos das provas do mundial de ralis remetem a que no final de cada PEC- prova especial de classificação, os veículos voltem a um só local, a onde fica sediada toda a logística, as equipas, imprensa e tudo o que diz respeito a todo esse evento, seria por isso também porque acho que temos espaço suficiente para o efeito, que é o complexo desportivo, seria também uma boa aposta a ter em conta. Iremos votar a favor como é óbvio.» -----

----- Eram vinte e duas horas e catorze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Concordamos inteiramente com esta Moção, se bem que é extemporânea e porque se lerem o jornal TVS de hoje, verificarão que o executivo Camarário não esteve nem está parado. O vice-presidente da Câmara revelou negociações entre as várias entidades responsáveis, clube automóvel de Lousada com o senhor Melchior Moreira presidente da entidade de turismo do Porto e Norte e outras com certeza se seguirão. Como se diz, “o segredo é a alma do negócio” e este executivo sempre pautou a sua ação pelo recato e sempre avesso aos exibicionismos, pois a confirmação de Lousada receber o Rally de Portugal não é absoluta. Por parte do executivo, temos a certeza que tudo será feito para que isso aconteça.»-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima Assembleia Municipal, efetivamente percebe-se a unanimidade da aprovação desta Moção apresentada pela coligação “Lousada Viva” já anteriormente apresentada também em reunião de executivo. E percebe-se também outra coisa, é que não há aqui nada de extemporâneo ao tema, ao interesse e à defesa do mesmo. O senhor Joaquim Santos proferiu na intervenção que me precedeu, relativamente ao Jornal TVS de hoje que proferia que de facto já tinha havido aqui diligências por parte do executivo municipal relativamente a esta matéria. Eu também li essas declarações e confesso-lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que li com agrado, não só pelo facto da possibilidade do Rally de Portugal poder voltar a Lousada, é uma hipótese, uma mera hipótese, mas mais do que essa mera hipótese, é a defesa do desporto automóvel em Lousada como aqui também muito bem disse o nosso colega Xavier Pires, no sentido de transformar Lousada em algo que já teve e que entretanto foi perdendo ao longo dos tempos, era conhecida como a “capital do desporto automóvel”. Pois bem eu também li na intervenção do jornal de hoje, no TVS, que parece haver aqui algum sentido de aproveitamento político, mais ou menos por estas palavras, proferidas pelo senhor Dr. Pedro Machado ou no *facebook* em que o jornal foi recolher esse excerto, de aproveitamento político quando se fala do tema, da eventualidade de voltar uma das provas do Rally de Portugal e na eventualidade de ser cá em Lousada. Eu queria lembrar que não há qualquer aproveitamento político por parte da coligação “Lousada Viva” relativamente a esta matéria. E a Moção apresentada é factual, até no texto, no preâmbulo da própria Moção, se bem se recordam e para quem leu, eu sei que uns leram com mais interesse que outros, mas se bem se recordam no programa eleitoral da coligação “Lousada Viva”, desporto, diz aqui: “ apoiar efetivamente o clube automóvel de Lousada para que as melhores provas nacionais e internacionais do desporto automóvel se realizem em Lousada”, ou seja não é um assunto de ontem ou de anteontem, de há três dias atrás quando se falou nesta eventualidade, é um assunto que a coligação “Lousada Viva” defende já de há uns anos para cá e como também está aqui plasmado no programa eleitoral que aqui se propôs em eleições transatas, em dois mil e nove. Portanto não há aqui aproveitamento político e essa acusação não colhe. Aquilo que deve haver aqui é de facto aquele encontro de objetivos e de interesses comuns que nos envolvam a todos, PS, independente, CDU, coligação “Lousada Viva” para defender aquilo de bem e que melhor trará para o nosso concelho. Portanto, li com agrado de já ter havido diligências, de há duas semanas atrás ter convocado uma reunião, ora duas semanas atrás comparativamente com uma defesa que pelo menos tem quatro anos, comparativamente, vejam a diferença do aproveitamento político da situação.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É uma situação que nos parece cara a todos mas se formos tentar ver quem é o pioneiro nesta situação nunca mais saímos daqui. O Dr. Pedro depois começa a mostrar os e-mails que mandou antes e depois, mostram o programa de dois mil e nove e nós se calhar apresentamos o programa de mil novecentos e oitenta e nove, que por acaso nestes vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quatro anos, realmente não foi um sonho, as provas realizaram-se em Lousada. O presidente de Câmara era o mesmo que atualmente está no poder, o Dr. Jorge Magalhães. Portanto isso já foi uma realidade, espero que todos convenhamos juntos e que conseguiremos lutar por esse objetivo, é isso que todos nós queremos, que o rally volte para Lousada. Isto parece uma discussão desnecessária.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só tenho uma coisa a dizer e aqui vou um bocadinho, se calhar, contra a minha bancada num aspeto e num sentido. Eu concordo e acho que é unânime que toda a gente defende que o rally deve voltar a Lousada. Há aqui dois pontos que a mim me parecem essenciais: em primeiro lugar, há aqui uma vontade que também tem de querer e tem de partir do clube automóvel de Lousada, que já nos últimos anos teve diversas pessoas do nosso concelho, referências a fazer parte dele e que tem, tanto quanto julgo saber, tentado dinamizar o automobilismo em Lousada. Sem dúvida que nós devemos fazer um *pressing*, acho que sim, acho que é ótimo para o concelho e acho que é uma oportunidade de potenciarmos aquilo que é, passo pleonasmos, umas das potencialidades de Lousada. No entanto há aqui uma coisa que mais uma vez me deixa bastante preocupado, e posso dizer o que é: numa altura em que vivemos constrangimentos financeiros de elevada ordem, vir aqui dizer que se deve apoiar financeiramente esta modalidade, a mim não me parece mal, agora aquilo que me choca é como é que nós conseguimos apoiar uma modalidade que tem tantos custos associados, a retoma dessa modalidade vai ter elevados custos e continuemos a defender que não se pode deixar de apoiar as outras associações e não se pode entrar em custos financeiros desesperados. De algum sítio esse dinheiro tem de sair, e é isso que eu não percebo na sua intervenção e naquilo que está plasmado na Moção. Esse dinheiro terá de vir de algum lado. Não sou contra isso, por princípio, bem pelo contrário sou um fã do desporto automóvel mas acho que todos nós devemos ponderar isto. Quando nós vimos aqui devemos pensar nas implicações financeiras, também, que esse investimento, porque é um investimento, terá nas contas do município, para depois mais tarde não virmos para aqui dizer que o endividamento aumentou ou que foram contraídos novos empréstimos. É necessário sabermos que estão a dizer que é necessário aplicar esse dinheiro e esse dinheiro não pode vir de lado nenhum.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Relativamente a esta Moção, eu só queria dar duas ou três notas. Uma relativamente à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

intervenção do Sr. Xavier, aliás ele já tinha confidenciado comigo qual era a perspetiva dele e estamos de inteiro acordo, é evidente que se conseguirmos trazer o rally para Lousada quanto mais melhor. O ideal é que se repetissem as provas nos locais que já tiveram e se possível ter também aí o encontro das equipas. Agora conforme eu disse publicamente isto é um assunto demasiado sério para estarmos aqui já a adiantar grandes coisas até porque existem negociações. Portanto aquilo que vos peço é compreensão e quando tiver dados objetivos certamente que irei dar nota disso, como é óbvio. Acho que é prematuro estar aqui a falar de custos e esse tipo de situações. O que vos posso dizer é que para a Câmara vemos esta possibilidade como algo que devemos agarrar porque para além da paixão que existe da esmagadora maioria dos lousadenses por esta modalidade, é reconhecidamente uma modalidade que traz muita gente atrás e portanto dinamiza certamente e muito a economia local, era excelente para o concelho por um lado. Por outro lado era importantíssimo na minha perspetiva e na perspetiva do senhor presidente do CAL que está aqui hoje noutra qualidade, nós temos vindo a conversar sobre isso, ainda há cerca de uma semana e meia tivemos uma reunião com o Dr. Melchior Moreira que foi referenciado aqui, que é o presidente da entidade regional do Porto e Norte, é um parceiro fundamental também neste processo. O clube automóvel de Lousada esteve a fazer a apresentação de alguns vídeos daqueles anos áureos do Rally de Portugal aqui em Lousada e as pessoas do turismo do Porto e Norte ficaram muito satisfeitas e muito sensibilizadas e manifestaram-nos todo o apoio para nos ajudarem a concretizar este desejo. Temos um pedido de audiência também com o ACP e quando houver dados objetivos certamente que vocês virão a ter conhecimento. Quanto à intervenção do Dr. Carlos Nunes, é normal vocês terem tentativas de aproveitamento político, a política é mesmo assim, também é normal que nós esclareçamos que quando vocês lançaram essa ideia nós já andávamos a trabalhar nesse assunto, não passa disso. E mais importante do que quem é que tem o mérito, o importante é que de facto o concelho consiga agarrar esse projeto. Isso é que é importante e muito mais importante que as querelas partidárias.» -----

----- A Moção A foi aprovada por quarenta e quatro votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Dora Manuela Rocha. -----

----- Foi ainda apresentada a Moção B pelo grupo municipal da CDU-Coligação Democrática Unitária sobre as propostas de reestruturação dos setores da água e resíduos do seguinte teor: “ Considerando que: a) - nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

últimos meses, o governo e a maioria da Assembleia da República tem insistido na aprovação de proposta legislativas de alterações muito profundas e graves a três diplomas legais, as quais podem vir a provocar transformações substanciais no próprio papel do Poder Local e na configuração jurídico – constitucional que lhe conhecemos. Todas surgiram no âmbito do quadro da reestruturação dos sectores das águas e resíduos: a alteração á lei de delimitação dos sectores, alteração da natureza jurídica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e a alteração ao regime jurídico dos serviços de âmbito municipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos; b) – A água, o tratamento das águas residuais e a recolha e tratamento dos resíduos são bens e serviços essenciais, sendo o acesso aos mesmos um direito fundamental e uma garantia da dignidade e afirmação integral do ser humano, pelo que a titularidade e controlo devem caber às populações, através dos instrumentos e modelos de gestão que democraticamente entendam por adequados para esse fim; c)- Nas últimas dezenas de anos, tem sido o Poder Local Democrático quem tem desempenhado essas funções, nos termos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, tendo dado um contributo determinante, neste campo ao crescimento e desenvolvimento das condições de vida das populações; d)- São preocupantes as alterações avançadas pelo governo e a maioria PSD/CDS que o suporta, e que visam, no fundamental, uma estratégia de substituição do serviço público pela aposta comercial, da universalidade pelo lucro, do cidadão pelo pagador; e) – Com estas propostas o que pretendem é a privatização dos sistemas multimunicipais de resíduos, e a fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento – mesmo contra a opinião dos municípios, tentando que o seu parecer nem sequer seja vinculativo para facilitar a sua concessão a privados; f) – Considerando que, para facilitar, no futuro, o lucro dos privados estas propostas também pretendem dar poderes de fixação das tarifas de cada um destes bens e serviços, mesmo ainda com a gestão municipal, a uma entidade externa ao município (ERSAR) e sem que para tal sejam tomadas em linha de conta as condições particulares ao mesmo e das suas populações, violando claramente, os princípios e normas da Constituição da República Portuguesa no que concerne à autonomia do Poder Local. A Assembleia Municipal de Lousada decide: 1 – Recusar as alterações propostas pelo atual governo à lei de delimitação de sectores, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ao Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais, e de Gestão de Resíduos Urbanos, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

serem violadores da autonomia do Poder Local; 2 – Rejeitar em absoluto esta estratégia que visa o fim destes serviços públicos municipais em prejuízo das populações e dos seus interesses. Sendo aprovada, deve ser enviado à presidente e aos grupos parlamentares da AR, ao governo, à ANMP, Associação de Municípios do Vale do Sousa e à Comunicação Social” -----

---- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «A lei fundamental saída da revolução de Abril, a Constituição da República Portuguesa, que tem sido delapidada e neste caso das leis quadros da água com a quarta revisão constitucional em mil novecentos e noventa e sete e depois sétima revisão em dois mil e cinco, dizia na sua primeira redação, que a água por ser um bem da natureza e fundamental à vida nunca podia ser a sua distribuição efetuada por entidades privadas. Portanto direito económico cuja obrigatoriedade vedada a conceção ou exploração à esfera privada, e assim permanecia no domínio público todos os seus recursos hídricos, água da natureza, leitos, margens, praias e portos. Sendo que, e contrariando as políticas patrióticas e de esquerda que sempre lutaram para que os setores estratégicos e recursos naturais nunca deveriam ser privatizados, porque assim sendo arruinariam a economia do país e das famílias, porque as empresas só têm um único intuito, é o lucro mais nada, chegando a atitudes especulativas, a fim de procurar diminuir a oferta para obterem cada vez mais lucros, havendo ou não entidades reguladoras, veja-se o setor dos combustíveis, o setor energético, telecomunicações, etc. Numa total desfaçatez o governo aplica os seus objetivos mercantilistas deste fascismo económico que querem a que nos sujeitemos resultante de uma aprendizagem puramente demagógica e teórica da economia neoliberal, da economia Adam Smith e Noam Chomsky, com a falsa fundamentação de que é melhor e mais proveitoso para o país fazer ressurgir a economia, privatizar tudo e mais alguma coisa, o que na realidade não funciona quando postas estas práticas em causa. Sendo que a esmagadora maioria das redes de águas e saneamento se encontram na esfera pública, na administração local, sob gestão direta dos municípios, detentores da autonomia, no cumprimento das suas competências consagradas ainda na Constituição da República Portuguesa, e assim os municípios devem zelar pelos interesses das populações, não estando nunca de acordo e sendo os próprios municípios um obstáculo de um bem essencial para os seus concidadãos. Sendo que com a privatização são as populações que irão acarretar com todos os custos acrescidos, exemplo desse tipo de privatização, passou-se em França, em Paris, que em mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

novecientos e noventa e nove este serviço foi privatizado, o que fez com que as tarifas triplicassem o que levou a que anos mais tarde o serviço passasse outra vez para competência do município. E no caso de Lousada, como será depois os casos dos agregados familiares com insuficiência económica e que no caso do nosso município e muito bem são verificadas essas situações pela ação social, levadas essas situações às reuniões de Câmara e quando existe prova de facto os nossos concidadãos que estão a passar dificuldades veem assim reduzidas as suas tarifas, numa atitude solidária dos órgãos públicos, ajudando assim a população a suprir as dificuldades. Como será depois o caso dos fontenários e alguns lavadouros públicos. Hoje em dia as pessoas recorrem a isso porque a eletricidade é cara e depois a água como vai ser ainda recorrem muito mais. Será que depois irão ter um contador tipo parquímetro e a sua utilização através de moeda, o preço será contabilizado à hora ou ao metro cubico, não sei como é que será, gasto pelo utilizador que agora de hora avante será apelidado de cliente e com ou sem vales de desconto a ser utilizado numa cadeia de distribuição de um qualquer grupo económico detentor também do setor da água e saneamento ou vale por ato médico por consulta por ter sido cliente do mesmo grupo monopolista detentor também do setor privado da saúde. No comércio, na restauração, nas padarias, o restante setor económico, nas piscinas municipais, as tarifas também irão decerto sofrer aumentos avultados. No regadio para o setor agrícola, setor que deve ser estruturante para qualquer economia do país. A privatização do setor da água que o governo quer impor irá ter consequências desastrosas aumentando as já anteriormente criadas, o que vai conduzir a mais desertificação e ao definhar cada vez mais de todo o setor económico já de si tão afetado por más políticas. Na Assembleia Municipal anterior de vinte e dois de fevereiro do corrente e na resposta do senhor vice-presidente da Câmara em substituição, o senhor Dr. Pedro Machado quando no período de antes da ordem do dia aludi a minha intervenção à privatização da água e saneamento, o senhor vereador disse que, e passo a citar: “E a única forma que temos de controlar este setor é mantê-lo na direção direta da Câmara. Portanto disso não abicamos, aliás se assim não fosse não teríamos conseguido este ano congelar as tarifas de água e saneamento, fizemo-lo porque ainda temos a gestão direta deste sistema”. Dito isto, espero que todos estejamos de acordo em especial os membros do partido socialista. Resumindo o privatizar da água é mais um roubo ao povo para que meia dúzias de senhores sem consciência política enriqueçam. E para terminar que todos reflitamos o seguinte: “Quantos trabalhadores é necessário escravizar para produzir um capitalista?”» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Pois bem que este também é um tema que nos deve preocupar interessar e envolver a todos. Efetivamente a proposta ou a Moção que o colega Xavier Pires apresenta a esta Assembleia Municipal só peca pelo seu enunciado, porque no propósito estamos todos de acordo, que é garantirmos um serviço público de qualidade, aos preços mais acessíveis a todos os seus utentes. Portanto o propósito da Moção estamos todos de acordo, o enunciado, aí sim, discordamos. Discordamos porquanto ele está completamente inspirado na contestação de uma suposta ideologia neoliberal, enfim e mais do que isso, quando todo este preceituado decorre da exigência de requisitos comunitários que colocam maiores níveis de controle e de qualidade do fornecimento destes serviços. E ora a Câmara Municipal muito nos pode responder a isso, quanto é que custa assegurar o fornecimento de água, assegurar o fornecimento da recolha de resíduos e assim como também a drenagem do saneamento a toda a população no concelho de Lousada? E provavelmente saberá também responder a isto porque ainda é hoje o dia que não temos uma rede completa, a cem por cento a estes três níveis. E portanto aquilo que se coloca é saber da sustentabilidade de todo este setor ao nível e no âmbito estrito municipal, para assegurar este serviço de qualidade a preços acessíveis a todos os seus utentes, a toda a sua população. A especulação da privatização deste setor só para potenciar o lucro do privado, não é mais do que uma especulação que o senhor deputado Xavier Pires coloca na sua Moção. Pois a lei não diz que tem que privatizar o setor da água, saneamento e dos resíduos. O senhor sabe e muito bem que no âmbito supramunicipal já encontra e existem modelos de gestão passíveis de serem aplicados e que não fogem da esfera da gestão pública indireta do estado. No âmbito da gestão supramunicipal territorial inserida nas comunidades intermunicipais pode ser constituído um modelo de gestão que assegure o fornecimento da água, a recolha dos resíduos assim como também a gestão do saneamento a todos os municípios que constituem uma comunidade intermunicipal. Aquilo que diz da privatização destes setores não é mais do que uma especulação que incorre da ideologia que defende e que contesta a todos os níveis, como ficou bem patente. Portanto concordamos todos com o fim último da sua Moção, discordamos do preâmbulo que apresenta para esta Moção, por isso não nos resta mais que uma abstenção à sua Moção.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido
Lousada, 26 de abril de 2013 Pag.19



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Nós não podíamos deixar de estar mais de acordo com a Moção apresentada pela CDU e pelo Xavier Pires. O facto de existirem algumas expressões tradicionalmente partidárias não retira substância àquilo que é a Moção e que está no seu âmago. A verdade é que o Dr. Carlos vir aqui dizer que não há nada de neoliberal neste governo e no partido social democrata é piada de mau gosto porque aqueles senhores veneram a Escola de Chicago. Portanto venha aqui dizer o que quiser. Neste momento partido social democrata não existe, existe um partido neoliberal em Portugal. Vamos ficar por aqui. Relativamente à privatização, não vale a pena “tapar o sol com a peneira”, toda a gente sabe qual é o caminho com a alteração destes três diplomas legais, é o caminho para a privatização. De outro modo e se fosse para ter uma gestão por parte de entidades públicas neste momento a legislação que existe é suficiente e bastante. E como é óbvio é o caminho para privatização, para o aumento dos preços, para de facto existirem entidades multinacionais ou nacionais que vão lucrar com a distribuição da água e com o tratamento de resíduos sólidos. Portanto o estado quer é lucrar e retirar o dinheiro que quer retirar. Neste momento tanto quanto eu sei, nós já pagamos pelos serviços de água e saneamento, tratamento de resíduos, e tanto quanto eu sei o serviço é bom, as coisas estão a correr normalmente. Não percebo porquê que o estado se quer afastar dessa sua responsabilidade e não percebo o porquê de tanto alarido em torno desta questão, quando me parece que a esmagadora maioria da população portuguesa estaria contra aquelas que são as políticas que estão ser defendidas pela maioria. De facto o PSD e o CDS podem muito bem dizer, que já consta do seu programa de governo esta solução, mas a verdade é que a maioria dos portugueses, como nós sabemos, nem sabia o programa que o PSD apresentava às eleições. E portanto se hoje fosse para fazer um referendo a esta questão, a verdade é que os deputados que na Assembleia da República vão sufragar estas alterações legislativas, a verdade é que não estão agir com o mandato que lhes foi concedido. É muito importante que esta Moção uma vez aprovada ou não, chegue aos representantes do povo. E que se perceba que normalmente estas alterações legislativas têm o condão de atrair duas coisas, os tais capitalistas ou pessoas ligadas ao lucro e que vão explorar os cidadãos porque toda a gente precisa de água, toda a gente precisa de saneamento, e as máfias. Eu explico, a legislação europeia que foi emanada foi no seguimento da bagunça e da lixeira em que Nápoles se transformou, caso não saibam, em Itália tudo que é recolha de lixo é máfia que domina. Porquê? Porque dá dinheiro e traz lucro. As coisas estão muito bem pensadas, estão muito bem estruturadas e não há necessidade de haver estas alterações. Agora o PSD



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

enquanto partido que se assume como social-democrata e que sufragou a Constituição da República Portuguesa que há de considerar como nós consideramos a água como um bem fundamental. Que há de considerar que o saneamento e a recolha de resíduos sólidos urbanos são bens fundamentais na nossa sociedade. Há de também vir aqui explicar o porquê de sufragar estas medidas e de concordar com esta privatização, porque isto digam o que disserem é privatização. E é o seguimento de medidas neoliberais da Escola de Chicago, que querem pura e simplesmente transmitir monopólios naturais para a esfera privada. Estamos sempre a criticar a gestão pública que pelos vistos nestes casos até nem é má de todo, pelo menos Lousada não se tem queixado a nossa população.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Eu julgo que a Moção apresentada pelo senhor Xavier Pires é pertinente e está na ordem do dia. Como sabem nós ainda há pouco tempo tivemos aqui mais umas Jornadas do Ambiente e dedicamos uma especial atenção justamente a este setor da água e do saneamento. E tivemos aí connosco um dos palestrantes, aliás muitos palestrantes de reputada qualidade, um dos quais é o presidente do conselho de administração das Águas do Noroeste, o engenheiro Martins Soares que disse que relativamente à questão dos resíduos sólidos urbanos do sistema em alta, de facto é o que está previsto, e essa é a intenção do governo, privatizar. Na água e no saneamento parece que o governo já recuou, já não está a admitir essa possibilidade, e ao que parece o caminho será da entrega a privados da gestão. Não sei que tipo de sistema vai ser esse, mas foi aquilo que ele me deu conhecimento. Está previsto também e é intenção do grupo Águas de Portugal, fazer uma fusão dos sistemas em alta, dos sistemas multimunicipais, alguns inclusivamente já foram feitos com o acordo dos municípios, nomeadamente no que respeita às Águas do Ave, Águas do Cavado e do Minho e Lima, que passaram a uma só empresa que são as Águas do Noroeste, nós na altura concordamos porque não houve agravamento de tarifas, mas a partir de agora já vai ser um pouco diferente. Se no que respeita ao saneamento as perspectivas é de não haver aumento de tarifas, na água já haverá porque o governo quer criar uma empresa para gerir o subsistema em alta para o norte. E aí o caso muda de figura, porque há sistemas multimunicipais muito deficitários e obviamente que para haver uma só empresa tem que haver uma harmonização tarifária, uma só tarifa em todo o sistema. Lousada tem esta particularidade de ser abastecida por um sistema que é aquele que vende a água mais barata do país, que é as Águas Douro e Paiva, Lousada e muitos outros municípios aqui da nossa região. Portanto estamos preocupados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quanto a essa matéria naturalmente, é evidente que o governo e o grupo Águas de Portugal que como sabem é uma empresa do estado, defende esta ideia com base na solidariedade, mas a solidariedade deve ter dois sentidos não pode ser sempre a favor de uns em detrimento de outros. E por outro lado julgo que se foram cometidos erros no passado e há de facto investimentos que não fizeram sentido nenhum em algumas regiões, parece-me injusto que agora sejam outras populações a pagar esses erros mas é infelizmente o que está previsto. No que respeita ao sistema em baixa, está previsto maiores atribuições do ERSAR, eu diria que algumas competências são verdadeiras ingerências porque vão poder obrigar as entidades gestoras sejam municípios ou outros a adotar tarifários mesmo contra a vontade de algum município. Sendo certo que também tem que haver aqui alguma disciplina e aí concordo em parte com o que disse o Dr. Carlos Nunes, havia aqui uma certa indisciplina em muitas situações, é inconcebível por exemplo que ainda haja municípios que não cobram tarifa de saneamento. Nós até percebíamos isso quando os sistemas eram arcaicos sem qualquer tipo de tratamento e naturalmente sem despesa ou com pouquíssimas despesas, agora é evidente que as exigências com os tempos modernos não se compadecem com esta realidade, e quase todos os municípios acabaram por aderir a outro tipo de soluções, que implicam custos, e esses municípios vão ter que naturalmente adequar os seus tarifários a essa realidade. Por outro lado outra coisa que é inconcebível é que haja municípios que cobram a água ao consumidor e não pagam a quem lhes fornece a água, por acaso não é o caso do sistema a onde estamos inseridos, no que respeita às Águas do Douro e Paiva e Noroeste não há esse problema, mas existem problemas gravíssimos noutros sistemas. E portanto, por isso é que agora vai ser obrigatório a fatura detalhada, onde vai constar uma parcela que diz respeito ao custo em alta, e esse valor, os municípios são obrigados logo a transferir para o fornecedor de água, porque há municípios que estão no fundo a orçamentar-se com base nessa situação e de facto isso não pode ser. Preocupa-me de facto o que está previsto no que respeita ao sistema em alta. No que respeita ao sistema em baixa, nós obviamente, era o que faltava também que não pudéssemos ter essa liberdade de continuar a gerir diretamente o sistema. Eu já o disse mais que uma vez e volto a reafirmá-lo que o sistema de água e saneamento é para continuar na esfera da Câmara Municipal porque permite-nos ter uma margem de atuação completamente diferente, nós se quisermos e de vez em quando é importante ver o que é que se passa ao lado, na região, e são sobejamente conhecidos exemplos aqui à volta, Marco, Paredes, Paços de Ferreira, estão numa situação muito complicada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque têm contratos alguns dos quais verdadeiramente leoninos, e para que o privado faça os investimentos tem que receber e recebe através da tarifa, e situações em que por vezes as tarifas já são das mais elevadas do país, como é que se resolve este problema. O privado também não faz investimento sem aumentar a tarifa, aliás também já o disse mais que uma vez aqui, nós a determinada altura fizemos esse ensaio, em dois mil e oito salvo erro, dois mil e sete/dois e oito, lançamos dois concursos e chegamos precisamente a essa conclusão, eu na altura fiz parte do júri desse concurso, não era político, era técnico e chegamos à conclusão de que as tarifas iam em alguns casos quadruplicar. Foi numa altura em que o município estava a ver qual era o melhor caminho a seguir porque havia um conjunto muito significativo de investimentos para fazer e certamente se fosse possível pela via da parceria com o privado, desde que acautelássemos o interesse público, seria uma hipótese a ponderar. E na altura não tivemos dúvidas nenhuma de que não deveria ser esse o caminho a seguir, estou plenamente convicto de que isto deve continuar assim e para sempre porque neste momento temos tarifas sustentáveis. As tarifas que nós cobramos chegam perfeitamente para as despesas que temos, sendo certo também que estamos a elaborar um estudo económico-financeiro, exemplo do que já fizemos para as taxas há dois três anos, estamos a fazer isso também para as tarifas, e vai ser também uma exigência desta nova legislação, todos os municípios ou todas as entidades gestoras do sistema em baixa vão ter de demonstrar que o tarifário que estão a praticar é um tarifário sustentável. Só uma última nota, o deputado Dr. Carlos Nunes também referiu que Lousada ainda tem muito para fazer nestes três níveis. Não sei a quê que se está concretamente a referir. Lousada no que respeita aos RSU's, são situações muito pontuais de um contentor aqui outro ali, são situações muito pontuais mas o sistema abrange a cem por cento a população. Depois relativamente à água, nós temos praticamente a meta europeia cumprida e temos condições, grosso modo, para servir praticamente o universo do concelho. Agora não faz sentido nós estarmos a fazer investimento quando não há um interesse efetivo, porque por um lado coloca-nos problemas em termos da qualidade da água porque a água pode-se degradar se não for consumida, e por outro lado, é uma questão de gerir os recursos públicos com consciência. Estamos a falar basicamente de extensões de ramagem e temo-lo feito à medida das necessidades que nos fazem sentir. Relativamente ao saneamento é evidente que ainda temos mais trabalho a fazer mas já o disse mais que uma vez que houve também aqui alguns atrasos, por um lado pelo facto de os fundos comunitários não terem aberto as portas que nós desejaríamos, apresentamos algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

candidaturas mas não aquelas que desejaríamos. Parece que em termos do próximo quadro comunitário esta área do ambiente vai ser contemplada, futuramente, no próximo mandato fica resolvido também esta questão do saneamento, mas temos já uma taxa que eu diria que é invejável aqui para a região, aliás quem esteve nas Jornadas do Ambiente podia ter ouvido as palavras do engenheiro Martins Soares que disse que Lousada de facto era um bom exemplo. Nós temos muita rede de saneamento que não está a funcionar ou que esteve meses e meses parada por atrasos de investimento das Águas do Noroeste, porque a senhora ministra do ambiente a determinada altura mandou abrandar os investimentos do grupo Águas de Portugal pela questão que todos nós sabemos do deficit. Portanto aí o que nós fizemos foi uma parceria com as Águas do Noroeste, fizemos investimento em alta, neste momento temos um crédito na ordem dos seiscentos mil euros. Obra que nós fizemos e que agora vamos ser ressarcidos. E para quê? Para mais rapidamente conseguirmos rentabilizar por um lado o investimento que fizemos em baixa e por outro servir mais rapidamente a população.» -----

----- A Moção B foi aprovada por trinta e seis votos a favor e nove abstenções dos seguintes membros: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira; Cláudia Patrícia Lousada, Virgínia Monteiro, Maria Emilia Chamusca, Carlos Manuel Nunes, Joaquim José Bessa, Cristóvão Simão Ribeiro, José Campos de Barros, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente, da informação recebida do senhor presidente da Câmara, permita-me acrescentar e pela informação que nos vai chegando. No plano cultural e artístico irá para breve nascer mais um projeto cultural que é o do Museu da Imagem Animada que irá ser instalado na Casa de Vilar o seu mentor o professor Abi Feijó, já anteriormente medalhado com a medalha de mérito municipal. Embora o seu trabalho como realizador não seja sobejamente conhecido pela maioria dos nossos concidadãos, não reconhecido a nível nacional como deveria contrariando o seu sucesso a nível mundial, especialmente o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reconhecimento do seu trabalho nos países do Norte e Leste da Europa, no Canadá onde cursou, no Brasil, aí é notório. Projeto este que se augura como um bem impulsionador em termos culturais ao nível do ensino, com a sua importante componente pedagógica, sendo que a arte da imagem vale mais que mil palavras, contribuindo assim este projeto para que todos entendamos a importância da imagem contida no áudio visual, que na maior parte das vezes não damos conta, a tal doença branca que José Saramago escreveu no seu livro “Ensaio sobre a Cegueira” e que nos avisa, “se tens olhos vê, se consegues ver ao menos repara”. Ao museu da imagem, a CDU augura o seu merecido êxito e ao senhor professor Abi Feijó um grande bem-haja.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente desta Assembleia, restante Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, estimado público e comunicação social presente. Senhor vereador em substituição do senhor presidente de Câmara o assunto que lhe trago aqui hoje é claramente um assunto que tem sido abordado por vocês, pelo menos no domínio comunicações deste executivo, que é o plano municipal da juventude. Agora sim aqui no seio desta Assembleia gostaria de abordar este tema. Em primeiro lugar gostaria de saber um pouco, qual é o *feedback* das sessões que têm acontecido. Que tipo de associações é que estão a ser convidadas e qual é o resultado das mesmas? Se há propostas, se não há propostas? A segunda questão é o porquê das juventudes partidárias não serem englobadas na discussão deste tema? Eu enquanto dirigente de uma juventude partidária, que represento, tenho englobado dentro da JSD cerca de mil e quinhentos jovens, não acredito que haja muitas organizações de juventude de Lousada com esta incidência sobre a juventude. O porquê de não ser ouvida, de não ser relevante estar na discussão deste plano municipal da juventude? Eu enquanto dirigente da JSD acho de grande interesse que a JSD e as outras juventudes partidárias sejam ouvidas neste processo. Não comungo das declarações de outros dirigentes de juventudes partidárias do concelho que intitularam a presença ou não das juventudes partidárias como sendo um *lobby* partidário. Eu enquanto presidente da JSD sei qual é a ação, sei qual é o objetivo da minha estrutura, quantos aos outros... deixo esta questão. E a terceira pergunta em relação a isto é uma dúvida que eu tenho comigo, é o *timing* da apresentação deste plano municipal da juventude. Sinceramente, entrar numa discussão, fazer um programa para a juventude do concelho a seis meses das eleições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

autárquicas. Será este o executivo camarário, liderado pelo Dr. Jorge Magalhães, que porá este plano em ação? Estaremos aqui, se calhar a contribuir para um plano autárquico de juventude de alguma candidatura ou estaremos realmente a fazer um trabalho para a juventude do concelho? Sinceramente não consigo perceber. E uma última nota sobre o desemprego no concelho, é algo que preocupa, é um flagelo nacional, o município tem as suas responsabilidades, mas não só, e é a taxa, o aumento acima dos vinte por cento ocorrido no ano passado. É realmente um flagelo nacional mas eu gostaria muito de saber no índice, no fórum desta Câmara o que é que tem sido feito, se há um plano para combater este flagelo?» -----

----- Eram vinte e três horas e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Filipe Barbosa -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Gostaria de perguntar ao executivo municipal o que de tão relevante se passou nos últimos dias para que se tivessem convocado uma reunião com os senhores presidentes de Junta, apenas de algumas freguesias, apenas as freguesias alvo de agregação para os incitarem à apresentação de providencias cautelares contra a lei onze de dois mil de treze de vinte e oito de janeiro? Enfim é uma lei que foi publicada em janeiro deste ano, efetivamente tenho conhecimento da ocorrência desta reunião nos últimos dias e portanto os últimos dias referem-se a abril. O executivo também saberá que cerca de trezentas ações semelhantes ou providências cautelares, não foram aceites. O executivo municipal, não sei, mas pretenderá assim criar a expectativa ou a falsa expectativa e redimir a sua inoperância em devida altura com a concretização desta reunião. Por outro lado, o executivo municipal numa perspetiva, enfim, direi aqui já com aquele intuito de campanha eleitoral, numa perspetiva de desespero eleitoral que se avizinha, ao incitar a apresentação de providências cautelares por ação das Juntas de Freguesia alvo de agregação, pretende duas coisas, e estas sou eu a dizer, uma é dizer que fez algo e que sempre esteve disponível para ajudar, a outra, e digo eu novamente, é levar alguns dos atuais autarcas a seguirem esse incitamento para depois repudiarem uma eventual candidatura desse mesmo autarca ao aglomerado das freguesias. E portanto aquilo que eu interpreto desta convocatória *sui generis*, de chamar os senhores presidentes de Junta alvo de freguesias de agregação e não todos os presidentes de Junta e não ter feito esta convocatória em devida altura, quando o tempo permitia de facto acautelarem muito daquilo que veio a acontecer. Portanto faz agora numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

perspetiva à posteriori, ao incitar para que sejam eles próprios, os senhores presidentes de Junta, a apresentar as providências cautelares. Portanto aqui nem me preocupa a questão das custas judiciais, porque à partida não existem, não me preocupa essa temática, mas a verdade é que está na minha perspetiva e esta é a leitura que faço, com esta salvaguarda, está a tentar criar um engodo para que alguns presidentes de Junta apresentem providência cautelar, para que depois, possam ser criticados pelo próprio que o incitou, a dizer: afinal tu discordas da agregação da freguesia mas ao mesmo tempo és candidato à aglomeração das freguesias. Esta é uma leitura muito pessoal que eu gostaria de registar mas que neste tom de pergunta saber o que de tão especial se passou ou de tão relevante se passou nos últimos dias para que tenha ocorrido esta convocatória, esta reunião. Segundo, perguntar sobre o plano de apoios ao associativismo apresentado para dois mil e treze. Gostaria de saber qual a razão para o estabelecimento do calendário da prestação de eventuais apoios em dois termos: primeiro para algumas associações a partir de junho para outras mais mediante disponibilidade financeira e são mais ou menos estes dois pontos ou termos subjacentes ao calendário de prestação de apoios ao associativismo para dois mil e treze. Afinal quais são os critérios basilares à prestação de apoios financeiros ao associativismo: um, será que a disponibilidade financeira é diferente do elevado interesse e relevo de um relatório de atividades e de um novo plano de atividades das modalidades desenvolvidas, do número de praticantes e outros critérios de ordem estratégico comunitária para apoiar determinada associação? Com os termos apresentados, obedecendo ao calendário para umas associações a partir de junho para as restantes para outras mais mediante disponibilidade financeira, fica-se com a convicção que em Lousada não existe regulamento de apoio ao associativismo. E eu bem sei que isto é mentira porque existe um regulamento de apoio ao associativismo, enfim já aprovado também no âmbito da Assembleia Municipal. E portanto esse regulamento parece-me que deve ser valorizado na atribuição dos apoios ao associativismo e não os termos com que este calendário está apresentado, que é para umas associações a partir de junho para outras mais mediante disponibilidade financeira. E portanto para terminar apenas referir que não me parece de bom-tom observar apoios financeiros a uma ou outra determinada associação de montantes substancialmente superiores aos valores transferidos para algumas Juntas de Freguesia. Este também me parece um assunto que deve merecer a nossa melhor atenção, por muito boa que seja a associação ou por muito relevo que tenha o papel que determinada associação promove e desenvolve, também devemos ter este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cuidado, que é de não subjugar uma Junta de Freguesia que tem responsabilidades e tem uma amplitude de ação que considero maior de que uma determinada associação na transferência, na obtenção de apoios financeiros por parte da Câmara Municipal. Temos de ter este equilíbrio ter este cuidado para não cometermos aqui algum tipo de injustiça, enfim nem a favor nem a desfavor de uma associação ou de uma Junta de Freguesia. Temos aqui o cuidado de haver um equilíbrio e um critério que seja de facto consentâneo com o merecimento de cada entidade ou instituição que representa no âmbito comunitário ou no âmbito municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Um pormenor, embora correndo risco de plágio: gosto de tudo “limpinho, limpinho”, não gosto de meias verdades, e também não gosto de insinuações de quem está desse lado, seja qual for a bancada. Se alguém tem alguma coisa a dizer que me contrarie, que julgue não corresponder à verdade, que tenha a honestidade política e intelectual de vir aqui e defrontar-me, senão corro o risco de atuar contra os meus princípios. Como respeito muito a hierarquia, principalmente quando é presidida por uma senhora, tenho que me limitar. E a razão é muito simples: quero deixar aqui muito claro que o problema da carrinha foi apenas levantado em função de queixas e denúncias apresentados por pais de alunos, dado que se houvesse um acidente o seguro não actuava. Tive o cuidado de contactar pessoalmente o senhor presidente da Junta, houve o cuidado dos dois elementos da Junta chamarem à atenção, houve o cuidado do senhor presidente da Assembleia de Freguesia chamar à atenção, houve o cuidado de um contacto meu com o senhor vereador Vilar. Perante isto a resposta foi de arrogância, “eu é que sei, eu controlo a situação”. Esta é a verdade, eu prezo-me de separar a parte particular da parte política; pela minha parte prezo muito a amizade que tenho pelo senhor presidente de Junta, mas a verdade acima de tudo e o serviço público acima de tudo. Foi-me pedido para chamar aqui à atenção, pessoas que estiveram presentes na cerimónia do hastear da bandeira, para o facto de durante a cerimónia passarem alguns camiões da Câmara fazendo barulho e tirando a dignidade; foi-me chamado à atenção, não assisti, a um ato que obriga a tê-la no mínimo. E isso é do conhecimento de qualquer pessoa, independentemente de ter ou não prestado serviço militar. Autorizado pela Junta, duas situações: uma já foi chamada a atenção, que é a necessidade de ecopontos para a Rua da Granja e das Casas Novas e fui informado de haver pedidos pendentes pela Junta de materiais que não foram entregues, compreendendo que haja dificuldades, é apenas uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

chamada de atenção, mais nada. Situações pendentes porque apesar de tudo ainda vou tendo boa memória, que se arrastam há meses: paragem de autocarros em sítios irregulares, passadeiras invisíveis, parece que houve um passe mágico e as passadeiras desaparecem, continua por resolver a segurança rodoviária junto dos estabelecimentos escolares. E uma situação nova: a própria condutora do autocarro escolar chamou à atenção para o perigo que representa a paragem desse autocarro a seguir ao cruzamento de Ribas, junto de uma paragem pública, em que não há espaço para as crianças entrarem e saírem; é altamente perigoso. É uma chamada de atenção para evitar males maiores. Uma pequena referência, porque vai ser discutido a seguir, que é o problema de setenta e nove bens imóveis, alguns deles desde dois mil e doze continuarem por registrar. O assunto vai ser debatido, mas não me passou em claro. É um bocado complicada a situação, não sei porquê. Virá a devida explicação. Volto ao problema da Granja: fiz aqui uma proposta para que as pessoas que não usufruem do serviço sejam isentas do pagamento de taxa; pagar por um serviço que não existe e estarem sujeitos ao cheiro tremendo é um preço muito elevado. Gostava também de saber se face às denúncias feitas, às participações feitas, à conversa feita junto do senhor vereador no seu gabinete, se já foi feita alguma diligência para se averiguar quem são os responsáveis pelo lançamento de águas de saneamento na rede de águas pluviais. Eu sei que a época que se aproxima não é muito propícia a investigações deste género, mas eu prefiro a caça ao cheiro do que a caça ao voto.» -----

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Senhora presidente, senhor presidente em exercício, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, estimado público e comunicação social. Relativamente à intervenção aqui feita em relação à reunião do presidente de Junta, eu queria dizer o seguinte: ninguém foi incitado a nada, só estive na reunião quem quis nem fomos notificados por carta registada, fomos notificados via telefone e queria dizer que dos presidentes contactados faltaram só dois, eram dezasseis estiveram catorze. Não houve incitamento nenhum, foi-nos posto apenas à disposição meios para podermos interpor a providência cautelar. Penso que só faz quem quiser. Acho que somos livres de tomar as nossas iniciativas e decisões. Eu tomarei a minha porque acho que deve continuar com aquilo que o executivo e a Assembleia decidiram já há uns tempos atrás. Cada um há de responder por si, mas só queria dizer que não houve incitação nenhuma a ninguém, foram só postos meios ao dispor, para nós tratarmos do assunto.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Dr. Joaquim Bessa onde é que o senhor foi buscar o número de taxa de desemprego para Lousada acima dos vinte por cento. Terá reduzido para metade aquilo que o senhor Dr. Marco António na inauguração da sede de campanha do PSD disse, isto é, referiu que a taxa de desemprego em Lousada era de quarenta por cento. Se isto não for verdade peçam ao jornal “O Verdadeiro Olhar” para fazer o desmentido porque veio publicado na sessão on-line do jornal. Se for mentira aproveite a presença do deputado da Assembleia da República, como tem contacto mais direto com o senhor Dr. Marco António para lhe sugerir que faça uma retratação pública em Lousada, sobre os valores reais da taxa de desemprego, que vou passar a informar segundo os censos de dois mil e onze: Portugal - treze vírgula dezoito por cento; Norte - catorze vírgula quarenta e sete por cento; região do Tâmega, em que está incluído o Vale do Sousa - catorze vírgula trinta e três por cento; Lousada - treze vírgula vinte e quatro por cento; Paços de Ferreira - catorze vírgula vinte e nove; Paredes quinze vírgula cinquenta por cento. É uma mentira escandalosa, aliás são duas mentiras escandalosas e vergonhosas que entre a do senhor Dr. Joaquim Bessa e a do senhor Dr. Marco António apenas diferem pelo seu tamanho.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu queria só dizer duas coisas: a primeira vai na linha do que disse o senhor capitão Campos de Barros. Eu não conheço muito bem a história nem neste momento ache que deva ter muito conhecimento dela. Acho que é do domínio criminal e deverá seguir esses trâmites mas devo lembrar que há cerca de um mês o Tugalix denunciou uma situação com a Veolia em Paredes de andarem tratores a despejarem resíduos no Rio Sousa. Se isso acontece também em Lousada penso que o quanto antes deverão ser os meios necessários ativados e ser apresentada a correspondente queixa, penso que é esse o nosso dever enquanto cidadãos ou pelo menos quem o presenciou o deva fazer. Depois queria só dizer uma segunda coisa, há pessoas que se põem a jeito para o malho e eu gosto de malhar na direita. Dr. Carlos Nunes vir aqui, como já fez na outra Assembleia, abrir a época da “caça” e a época da corrida eleitoral é obra. Falar em desespero eleitoral é uma obra colossal. Porquê? Porque o senhor é tão maquiavélico que chega ao ponto de ver em reuniões normais em defesas da causa pública e de causas que dizem respeito aos cidadãos lousadenses, o senhor consegue ver aí o pior ato de terror autárquico e de campanha eleitoral. Não se sinta tão perseguido. Não pense que toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

gente lhe quer fazer mal ou que lhe quer retirar o protagonismo que deseja ter na coligação “Lousada Viva”. Não é nada disso, as pessoas, os presidentes de Junta, a população lousadense, está preocupada com aquilo que será o futuro das suas freguesias, está crente e bem crente que o senhor Relvas agora que saiu do governo, exista uma alteração legislativa que deixe ficar as freguesias como estão e seja revogada toda esta legislação abominável. Por favor não veja campanha eleitoral onde ela não existe sabe que enquanto a campanha decorre os órgãos continuam a trabalhar, as pessoas continuam na Câmara a desempenhar as suas funções, nós aqui na assembleia continuamos a representar os cidadãos que nos elegeram e a campanha é passível de ser feita nas ruas, no confronto com a população. Dr. Carlos não é necessário vir para aqui dizer que está aqui a fazer campanha política, nós já o percebemos, mas aqui não é o lugar. Portanto se faz favor e peço isto também em nome de todos nós, não precisa de vir para aqui fazer campanha.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Senhora presidente da Assembleia, senhores vereadores, caros colegas e digníssimo público. Eu gostaria de começar esta intervenção e a propósito daquilo que foi dito aqui relativamente a uma suposta reunião que não posso dizer que não foi mais do que, uma suposta reunião. E quando o meu caro colega aqui desta Assembleia disse que foi uma reunião normal, só lhe posso chamar anormal e explicar porquê que foi anormal. Anormal, porque nós presidentes de Junta não estamos habituados, é a primeira vez que eu enquanto presidente de Junta sou convocado para uma reunião deste teor. E portanto nesse sentido só lhe posso dizer que é anormal que a primeira vez a Câmara municipal se tenha dignado de facto convocar os presidentes de Junta para tratar de um assunto do interesse do concelho, esse é o primeiro ponto. É pena e saliento que é pena que seja agora, que seja só agora que se tenham interessado em convocar os presidentes de Junta quando todos nós sabemos que repetidas vezes nesta Assembleia chamamos à atenção que era importante que o município, cada vez que tenha em conta, cada vez que há assuntos a tratar do interesse global do concelho, que diz respeito às freguesias, convocassem os presidentes de Junta. Em todo o caso só me posso congratular por esta atitude, pena é que venha tardia. E venha tardia porquê? Porque de facto aí é que vem a sua anormalidade, isto é “chover no molhado”, todos nós sabemos que as situações das providências cautelares relativamente a este assunto não têm qualquer cabimento até puramente jurídico, aliás na parte daquilo que diz a própria associação nacional de freguesias e apesar de eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

confessar que não sou nenhum jurista, nem sou advogado, mas de facto uma providência cautelar diz respeito ao cumprimento de uma lei. Neste caso uma providência cautelar não se faz contra uma lei. E mais do que isso, o pior disto tudo, é que nós fomos para uma reunião e aquilo que nos foi apresentado foi uma mão cheia de nada. Eu estava à espera que fossemos para uma reunião onde de facto estivesse um jurista, tivesse alguém que nos explicasse, que nos argumentasse, que nos desse as razões jurídicas e não só para que esta providência cautelar pudesse avançar. Digamos que posso concordar que haja outras visões da forma de ela poder ir avante, que houvesse alguma fundamentação, supostamente a Câmara baseia-se num parecer jurídico, e eu quando pergunto naquela reunião de quem é o parecer jurídico, fico realmente muito admirado, não desfazendo a competência do respeitável juiz, do respeitável professor que a publicou que de facto é um funcionário da Câmara, digamos avençado da Câmara que fez esse parecer jurídico. Portanto é daqueles pareceres que em todos os casos nunca seriam contra aquilo que já é a posição da Câmara nesse sentido. A segunda questão e a questão mais relevante, é os custos disto, ou seja, no fundo estão-nos a impor, de certa maneira, que as Juntas de Freguesia vão para um processo em que todos sabem que estamos condenados a que não tenha sucesso, e aquilo que devia ter sido feito, e agora remeto-me novamente atrás, é que se devia ter feito toda esta reflexão e muito mais em tempo oportuno. Não foi, Lousada não quis fazer, não quis trabalhar seriamente e mais uma vez isto é como eu digo “chover no molhado” e não vai dar resultado nenhum. Não que eu não achasse que pudesse e fosse importante mas infelizmente não é por aí o caminho e todos nós sabemos isto é só para “tapar olhos”. Agora “atirar areia para os olhos das pessoas” não contem comigo.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só um pequeno esclarecimento à bancada socialista, não vou dizer ao senhor deputado João Ferro porque por mais que eu lhe diga ele vai escrever o contrário a seguir. Mas eu falei num aumento acima dos vinte por cento ou seja vinte ponto oitenta e oito foi um aumento de seiscentos e quarenta e quatro desempregados.» -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só um pequeno registo de interesses, escola política de Lousada e nunca e jamais Escola de Chicago. Aprendi desde muito jovem que a política se faz com ética, se faz com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

rigor, se faz com sentido histórico-patriótico, sentido de responsabilidade. E relativamente a isso não tenho a menor dúvida, relativamente a uma única pessoa cá dentro, que tenha imbuído em si mesma todo este conjunto de valores. Mas há um valor que eu duvido, aliás, tenho a pura e a determinante certeza que escasseia em determinados meandros desta bancada, que é o valor do decoro político e sobretudo o sentido de memória política que tanto faz falta nos sentidos atuais políticos em Portugal e a micro em Lousada. Recordo que no ano de dois mil e onze, fruto de seis anos de governação caracterizadas por três “D”, a Desgovernação, o Défice e a Dívida pública, existiam em Portugal cerca de oitocentos mil desempregados, em que, espantem-se, cerca de trezentos e vinte e cinco mil jovens eram desempregados. Recordo que nesses mesmos seis anos a taxa e a percentagem de dívida pública, face ao PIB, passou de cerca de oitenta por cento para qualquer coisa como cento e quinze por cento. E eu pergunto, onde é que está a memória dos senhores deputados do partido socialista? E agora numa dupla vertente da intervenção quero focalizar e como não poderia deixar de ser, a índole daquilo que digo, em micro no nosso concelho. Diz o programa que foi levado nas últimas eleições autárquicas pela coligação “Lousada Viva” a sufrágio, entre outras coisas, propunhamos a criação da agência municipal para o investidor, tendo por objetivo impulsionar e dar eficácia a todas as medidas de apoio à criação de emprego no concelho. E agora a primeira questão: senhor vice-presidente da Câmara e portanto presidente da Câmara em exercício, o que foi feito e que futuro ou que medidas têm para a zona industrial ou o parque industrial de Caíde de Rei, ainda por cima é da sua freguesia? Segunda questão, há muito, muito tempo que falamos em Lousada da criação de grupo de trabalho para o emprego, falamos na procura de investimento público, falamos na captação de investimento para que assim possamos criar emprego em Lousada. Eu pergunto onde anda este executivo quando em tantos outros municípios que em Portugal são geridos por governos, aliás isto é mera curiosidade, do partido social democrata, que estão também sujeitos às mesmas questões de constrangimento orçamental e de crise que Lousada está sujeito, mas nesses municípios, e dou o exemplo caricato de São João da Madeira foi implementado o conceito de *Smart office* e de apoio direto ao empreendedorismo jovem. Onde aos jovens empreendedores é disponibilizado ajuda de consultadoria financeira, contabilística e jurídica. Onde está o executivo municipal de Lousada no que concerne à criação de polos de parques tecnológicos que possam investir e possam criar condições para o investimento em Lousada? E eu pergunto qual a estratégia, qual o rumo e qual a marca Lousada que este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

executivo no pouco tempo lhe resta na governação do município tem ou quer implementar no nosso concelho?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Sendo este um período de interpelação ao senhor presidente de Câmara torna-se um pouco até redutor porque muita da discussão aqui trazida devia ter sido no período de antes da ordem do dia. E portanto por muita boa vontade da nossa presidente da Assembleia as pessoas podem estar a falar daquilo que estão.» -----

----- Esclarecimento da senhora presidente da Mesa: «Permita-me corrigi-lo, o ponto é, interpelação ao senhor presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do município.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista (continuação): «Relativamente às escolas para quem tem a escola de Lousada tem faltado muitas vezes às aulas. Essas aulas que nós fazemos aqui nesta Assembleia, e se não fossem as substituições já tinha chumbado. Era melhor começar a vir mais vezes. Relativamente a outra situação aqui descrita, eu sendo presidente da juventude socialista, jovens que de forma livre, espontânea, convicta, é realmente um facto, que se inscrevem na nossa juventude, foi discutido o plano municipal de juventude e eu penso sinceramente, esta é uma opinião que me remete apenas para mim, que o alcance político tem que ser dado nas Assembleias e o alcance social pela sociedade civil, pelas associações, há que distinguir um pouco esses papéis. Nessas questões da democracia participativa tanta gente fala e muitas vezes não sabe do que está a falar. Muitas vezes na democracia participativa convém estudar um bocadinho alguns dossiers, por exemplo a Millenium dois mil e oito que fala de tudo o que a democracia participativa envolve, compara a realidade em vários países, Brasil, Inglaterra, na África do Sul. Portanto nós a partir daí poderíamos começar a criar algo melhor, melhor do que aquilo que está a ser feito no nosso país. Para terminar, em relação a isto o plano municipal de Juventude foi apresentado pela vereadora Dr.^a Cristina Moreira, eu estive lá e não vi mais nenhum líder de juventudes partidárias lá. Ninguém me mandou um convite, eu, por livre iniciativa no domingo à tarde, eu sei que no domingo à tarde às vezes é chato mas as pessoas aparecem. Eu estive lá, como estive por exemplo ontem aqui no hastear da bandeira do 25 de Abril não vi ninguém da direita lousadense lá. Eu estive lá e não foi preciso nenhum convite, não foi preciso nada. Portanto são estes pequenos atos que por vezes nós conseguimos aferir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quem é que está minimamente preocupado com umas coisas, quem é que está preocupado com outras, sem berrar aos microfones, sem andar com outras situações que por vezes se tornam menos claras e perigosas. E neste caso queria interpelar o senhor presidente de Câmara, a Dr.^a Cristina Moreira para falarmos do plano municipal da juventude e o que é que ele consiste porque acho que estará sempre em desenvolvimento, não acaba aqui, é documento que está a ser planeado que irá durar muitos anos. Não é por estar a seis meses ou que seja que não pode deixar de ser feito e acho muito bem. Quanto ao desespero que aqui foi falado relativamente a nós. Desesperadas estão as pessoas em Portugal com este governo, isso é que estão mesmo desesperadas, é que pensaram que quando o Miguel Relvas saísse, as freguesias, pelo menos uma vã esperança que alguma coisa voltasse ao que era em termos do mapa territorial, mas não, isso revela, estamos desesperados estamos, com esta governação estamos mesmo muito desesperados.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Dr. Joaquim Bessa, se o senhor disse que a taxa de desemprego subiu na ordem dos vinte por cento, eu peço desculpa porque percebi que o senhor tinha dito que a taxa de desemprego em Lousada era superior a vinte por cento. Eu quando erro consigo vir aqui pedir desculpa coisa que não é muito natural em vocês. De qualquer modo em relação ao aumento do desemprego acontece que, e podiam ter visto no TVS os números, o aumento de desemprego do primeiro trimestres de dois mil e treze relativamente ao primeiro trimestre de dois mil e doze, em Lousada foi menor do que o aumento do desemprego em Penafiel, em Paredes e Paços de Ferreira que foi o concelho que teve mais aumento de desemprego. O aumento de desemprego, noutra ponto explicarei melhor a que se deve e que de facto não são os concelhos que vão resolver esse problema. Relativamente também às palavras do senhor deputado Simão Ribeiro, que vem em complemento de outra intervenção proferida na inauguração da sede de campanha do PSD-CDS, diz o Dr. Leonel Vieira: “relativamente ao facto de apresentar projetos irreais”, interrogo-o se criar uma zona industrial é irreal? “...sendo que os concelhos vizinhos também os possuem...”. Pois possuem, mas por exemplo um concelho como Paços de Ferreira para possuir esses parques industriais teve um endividamento líquido de duzentos e vinte e seis por cento em dois mil e dez e a sua taxa de desemprego foi nesse mesmo ano de treze virgula dois por cento. Lousada teve um endividamento líquido de cinquenta e um por cento e teve uma taxa de desemprego de onze, vírgula quatro por cento, isto é: uma taxa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de desemprego menor. Isto é, com menos investimento conseguiu melhores resultados, de longe, do que Paços de Ferreira que criou os tais parques industriais.» -----

----- Intervenção do Sr. Rui Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora presidente, senhores membros da Mesa, senhor presidente em substituição, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, comunicação social. Eu há bocado ouvi com muita atenção as palavras do nosso ilustre deputado da nação Simão Ribeiro e ouvi-o aqui com toda a pompa e circunstância, a dizer palavras bonitas e a tentar denegrir a imagem do governo, que considera com três “D”, mas lembrei-me que há uns tempos atrás vi uma entrevista e muita gente preocupada com a opinião de alguém que se queria defender e não tinha direito de se defender daquilo que andava a ser dito durante dois anos. Para meu espanto, numa reportagem de TVI, a reportagem foi feita junto às instalações de RTP e havia um grupo de manifestantes, não muitos, alguns até tinham uns cartazes XXL com um cheque grande. Era o senhor não era que estava lá com esse cheque, não era? Era o Jorge Simão, esse mesmo? Digo eu, acho que para um deputado da nação, eleito, que representa Lousada, que figurinha que o senhor fez.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu e o Fausto normalmente temos algumas diferenças e tem a ver se calhar com a metodologia. O Fausto desistiu logo ao início da corrida e há quem não desista enquanto a meta não for atingida. A diferença e aquilo que não nos une certamente é que o senhor desistiu logo ao início, desistiu também contra aquilo que era a expectativa da sua população, desistiu contra aquela que continua a ser a vontade da maioria dos lousadenses e da maioria dos portugueses, que era a de que de facto esta reorganização não existisse. Continuar a defender uma reorganização que tem uma marca verde chamada Miguel Relvas, um senhor que nem Dr. é, nem se sabe se tem o décimo-segundo, é o mesmo que dizer que nós somos um povo que desiste e isso é falso. Lousada tem um povo que sabe defender as suas origens que sabe onde está, e portanto, recusar ou duvidar ou falar em campanha eleitoral, como o Dr. Carlos Nunes aqui tentou fazer, dizer que tudo isso não é para defender o povo de Lousada, é sim para prosseguir outros propósitos, vale o que vale. A verdade é que o senhor deputado não acredita e há quem acredite. E acho que quem acredita deve lutar até ao fim, porque acho que isso é que traduz aquilo que são os lousadenses, mas o senhor não, mal começa a correr e desiste logo. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

percebo mas agora deixe os outros que querem continuar e a providência cautelar é válida fica já a saber, são tão válidas como as outras e têm argumentos válidos, percebe já que o executivo PSD-CDS se recusa a dar um passo atrás, porque é de tal modo arrogante que se recusa a reconhecer que estava errado. Deixe os outros lutar, deixe-nos fazer o nosso papel, deixe as pessoas lutar pelas nossas convicções e pelas convicções daqueles que representamos. Faça isso e faça-o antes de haver rally cá em Lousada, não se esqueça disso. A segunda coisa que eu quero dizer: senhor deputado Simão, não posso chamar só Simão que isso ofende aqui os princípios, de facto eu sei que a grande eloquência nem sempre é sinal de inteligência, eu sei, também é por isso que eu não venho para aqui com estilo, cheio de brocados, com elevações de voz e aproximações ao microfone, eu não necessito disso. Eu quando necessito de fazer teatro tenho um sítio aqui à frente onde eu faço o teatro todo, sou ator, um advogado é um ator, representa, quem disser o contrário é mentiroso. Há uma coisa que é essencial e que o Simão não disse mas já foi aqui apontado, aliás não é uma são três: Pergunta onde é que anda este executivo na questão do emprego aqui em Lousada? E agora eu vou fazer a pergunta, onde é que anda o seu executivo na questão do desemprego em Lousada? Não sei. Onde é que andam os deputados da nação na questão do desemprego em Lousada? Eu não sei. E a terceira questão, o que é que o senhor deputado municipal e também deputado do parlamento português, fez nos últimos tempos porque esteve ausente desta Assembleia Municipal, como já aqui foi reconhecido? Certamente que esteve a trabalhar arduamente em favor da população que o elegeu, o que é que fez nos últimos tempos para incentivar a criação de emprego em Lousada? Esta questão é fundamental, porque o que chateia mesmo, e agora vou citar, “é que eles falam, falam e não dizem nada e isso chateia-me pá”. Senhor deputado venha aqui dizer, e eu aqui até faço um apelo à senhora presidente da Assembleia para que abra uma exceção, sem demagogias o que é que fez, eu propus na comissão de finanças que fosse aberta uma exceção para Lousada, para o Vale do Tâmega ... Eu não sei de nada, eu até sou uma pessoa que segue o seu perfil no site do parlamento com regularidade, para perceber o que é que o meu deputado está a fazer. Não vejo. E portanto eu queria deixar aqui uma conclusão, mas é uma conclusão muito grande: Em primeiro lugar, nós quando queremos lutar por alguma coisa não podemos desistir à primeira vez, temos de lutar até ao fim e não desistimos a meio. Em segundo lugar, a questão do emprego é uma questão que não é só micro, é uma questão macro, e portanto podemos estudar a Escola de Chicago ou podemos estudar a escola de Lousada, eu estudei a escola de Lousada, na minha cadeira de economia política, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estudei a escola de Lousada porque não há nenhuma. Em terceiro lugar, não basta vir aqui com discursos demagogos, se nós queremos ser parte da mudança e se vocês coligação “Lousada Viva” querem ser parte da mudança, então demonstrem-nos que estão a fazer de tudo junto do vosso executivo, junto do governo da nação para que isto se altere. Como sabem o governo anunciou novas medidas, penso que dois mil e quinhentos milhões de investimentos nos próximos anos na criação de emprego, apoio à indústria, apoio à agricultura, etc. Quero ver. E quero ver qual vai ser o esforço feito por pessoas que fazem parte dos órgãos do PSD para que esse investimento seja canalizado para cá. É isso que eu fico à espera, isso é que é defender o concelho. Não basta vir aqui dizer que estamos todos em campanha eleitoral se depois não é nada feito. Senhor deputado Simão, ilustre colega senhor deputado Fausto, estimados membros, reconheceria o vosso empenho se visse que de facto tem sido feito algo ativamente para prosseguirem aquilo que aqui vem criticar. Só que vocês não fazem isso e portanto até lá terei de fazer ouvidos de mercador.» -----

----- Em defesa da honra o Sr. Cristóvão Simão do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor deputado Nelson Oliveira de facto não sei aquilo que mais o enerva, se é o facto de um fim anunciado de vinte e quatro anos deste executivo e de estarmos num concelho onde se respira um previsível clima de mudança ou se é o facto de com a minha idade ter determinadas responsabilidades que me inibem de cá estar, infelizmente. Mas eu devo dizer ao senhor deputado que os votos que o elegeram têm tanta legitimidade como os votos que me elegeram a mim e era o que mais faltava eu estar coibido ou coagido de dizer o que é que fosse aqui dentro. Relativamente ao senhor deputado Rui Magalhães esclarecê-lo apenas de uma coisa, se eu devia ter vergonha de uma determinada figura, existe uma classe de dirigentes que devia ter vergonha de andar a abanar bandeiras atrás de alguém que endividou o país conforme endividou e que muito provavelmente é o responsável maior pelo facto dos meus futuros filhos terem um futuro bem pior que aquele que o senhor teve. E para terminar senhor deputado João Correia, deixe-me esclarecer-lhe que ao contrário do senhor, aliás ao contrário de toda a estrutura da juventude socialista ao longo deste país fora, a JSD, eu mesmo contribuímos com um conjunto de sessenta e cinco medidas específicas que foram a grande base de programa “Impulso Jovem” que se traduz na prática efetivamente a um orçamento trezentos e quarenta e quatro milhões de euros e que apoiará cerca de noventa mil jovens portugueses. Pois dir-me-á não é a bala de prata não resolve o problema em concreto, pois senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deputado mas olhe pois algum deles resolverá. E há uma outra questão que lhe devo dizer, dir-me-á também a execução desse programa, talvez não tenha o impacto ou a implementação esperada, pois bem, porque nós e o PSD gasta muito pouco em comunicação, não somos os animais ou agência de comunicação que o engenheiro Sócrates e o senhor e o seu partido será e gastamos em medida efetivas de apoio aos jovens. O nosso caminho é um caminho de Lousada de vitória e de mudança e dele não nos demitiremos.»

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção do senhor Xavier Pires. Obviamente também nós nos congratulamos com aquele projeto, desde logo porque reconhecemos a importância e o mérito do mesmo mas também pela simpatia que temos pelo professor Abi Feijó e por toda a sua família. Eu sei que para o partido comunista este assunto tem um especial carinho, já o Dr. Arnaldo Mesquita falava tanto da Mata de Vilar, eu sei que para vocês é quase uma fixação, mas estamos de acordo, de facto é um projeto importante para a freguesia de Vilar do Torno e Alentém para o concelho e até para a região, estamos a falar de uma personalidade deste país com provas dadas além-fronteiras. Portanto acho que nos devemos todos congratular por estar a ser concretizado este projeto. Relativamente à intervenção do senhor deputado Joaquim Bessa. Provavelmente desconhece o que é o planeamento, senão não teria dito o que disse aqui, porque fazer planeamento é sempre á distância, é sempre para o futuro, seja o que for no ordenamento do território, seja onde for e nesta área também. Porquê o *timing* da apresentação do plano municipal da juventude? Não é seguramente a febre eleitoral que está em causa, é porque é necessário preparar o período dois mil e catorze/dois mil e vinte, como sabe o novo período de fundos comunitários por um lado e por outro lado foi um desafio que foi lançado pela própria federação nacional das associações juvenis. Não foi só a Lousada foi a todo o país, o que Lousada está a fazer é justamente o que os outros municípios estão a fazer. Não há aqui nenhuma outra preocupação que não esta. Relativamente à exclusão das juventudes partidárias que eu tenha conhecimento não há nada, sendo certo que na minha opinião pessoal, julgo que estes fóruns se passarem a ter aproveitamento político ou melhor partidário perdem muito o seu sentido, mas não vejo inconveniente nenhum que as juventudes partidárias participem nestes fóruns, desde que não estejam ali pura e simplesmente a defender os seus ideais partidários. Mas depois mais adiante vou passar a palavra à senhora vereadora para falar um bocadinho sobre esta matéria do plano municipal da juventude e também no que respeita ao desemprego. Começando agora por responder ao Dr. Carlos Nunes. Quem convocou os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhores presidentes de Junta para a reunião sobre a extinção de freguesias fui eu e fui eu que estive também nessa reunião e certamente que não foi minha intenção, nem transpareceu de modo nenhum, acho eu, a ideia de que eu estava a incitar o que quer que seja. Se houve alguém naquela reunião que estava a fazer um incitamento a que as pessoas não aproveitassem esta faculdade, esta oportunidade que a Câmara estava a dispor, que no caso foi o senhor presidente da Junta de Silvares que me questionou que garantias é que eu dava, se valia a pena, se aquilo não era só para marcar uma posição política, até porque tinha conhecimento de que muitas providências cautelares não tinham sido sequer admitidas. E o que eu lhe disse é que no mundo do direito não há certezas, não é como a matemática, há sempre a possibilidade de qualquer ação que entre em tribunal não ter provimento. E de facto nesta matéria, já há muitas e muitas, centenas até, de providências cautelares que não foram admitidas e neste momento o nosso jurista está a ponderar outro tipo de reação. Agora nós temos de saber o que queremos e temos que saber o que é que pensamos sobre cada assunto, não podemos ter uma perna de um lado e outra perna do outro e estar na indecisão. E nós contrariamente a muitas pessoas que estão aqui nesta sala, tivemos sempre uma posição muito clara nesta matéria, uma posição de contra esta reforma, desde o início, não andamos aqui ao sabor do vento, ao sabor dos interesses, ao sabor de preocupações de outra ordem que não a do interesse público. Tive nota de um boato, não sei se passa de um boato ou não, logo que saiu o “livro Verde” já havia pessoas a desenhar mapas e a esfregar as mãos. Admito que, enfim, que haja ainda muita dúvida na consciência de muitas pessoas quanto a esta matéria porque não sabem que tipo de posição é que devem assumir, se uma posição contra, se uma posição a favor, porque dizer que a Câmara devia ter feito outra coisa, não é uma posição firme, que eu saiba ninguém nesta sala apresentou qualquer proposta concreta, a não ser, justiça seja feita o senhor presidente da Junta de Caíde, que na minha opinião e eu tenho direito a opinião, apresentou uma proposta absurda, que era a agregação de Caíde com Vilar do Torno e Alentém, Torno e Meinedo, imaginem. A Assembleia de Freguesia por proposta da Junta de Freguesia, mas é um direito que lhe assiste. E eu disse-o publicamente e repito, a minha convicção é que a população não se revê nesse entendimento. Mas adiante, foi o único caso de Juntas de Freguesias e Assembleia de Freguesia que manifestaram alguma concordância com o que estava vertido na lei. Portanto é evidente que só convoquei para essa reunião as Juntas de Freguesia que eram afetadas por esta lei, não faria sentido convocar as outras. Não percebi a sua abordagem, se tem alguma dúvida nesta matéria,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

enfim esclareça-se de uma vez por todas. Relativamente à questão que disse que o parecer jurídico é de um avençado da Câmara, que é só um professor universitário da faculdade de direito de Coimbra, e que não é servil à Câmara, é uma pessoa, para quem conhece, de uma inteira independência e credibilidade. No que respeita á questão do associativismo. De facto foram apresentados dois blocos e ainda há de vir um terceiro, não contemplamos todas as coletividade, e isso é muito simples de perceber, tem que ver com os constrangimentos financeiros, nomeadamente a questão dos fundos disponíveis, por força da lei dos compromissos. É evidente que o ideal e a nossa vontade é que logo no início do ano tivéssemos contemplado todas as associações com os subsídios que nós pretendemos conceder este ano. Mas esses constrangimentos não permitiram e portanto o senhor professor Vilar deu-me nota de que levou à reunião de Câmara num primeiro momento e num segundo momento aquelas situações cujos diretores das coletividades lhe deram nota da urgência do subsídio, sendo certo ainda há de haver uma terceira lebre. Portanto esta questão de ser em junho e conforme disponibilidade de tesouraria, é que nós estamos numa indefinição muito grande, estamos dependentes do recebimento das transferências do estado. Eu diria que se nos pagassem o que nos devem nomeadamente na área da educação que é preocupante, nós conseguiríamos certamente saldar logo isto tudo de uma assentada, mas pelas notícias que ouvimos, não se avizinha que isso venha a acontecer. Depois referiu que não fará sentido, pelo menos foi isso que percebi que haja associações que recebam mais que uma Junta de Freguesia. Isso é demagogia política, desculpe que lhe diga. Isso é completamente falacioso, eu só lhe vou dar um exemplo, bombeiros voluntários. Não sei se estava a referir-se concretamente a alguma coletividade e até gostava de saber qual. Julgo que certamente não será o caso dos bombeiros voluntários, porque isso, acho que ninguém que está aqui nesta sala põe em causa, o subsídio que atribuímos aos bombeiros. Pelo menos foi o que eu percebi, que não se percebia o critério de haver coletividades que tinham subsídio superior àquele que era atribuído às Juntas de Freguesia. Se percebi mal, penitencio-me por isso. Relativamente à intervenção do senhor capitão Campos de Barros. Eu não o vi nas comemorações do 25 de Abril, mas admito que estivesse. Agora eu estive e confesso que não me apercebi de passar qualquer camiã da Câmara. Mas se passou e fez barulho, não deve ter sido muito porque eu não me apercebi. Tudo bem, admito, ás tantas devia instaurar um processo disciplinar ao funcionário da Câmara que passou ali àquela hora, mas não estou para aí virado, porque ando à caça ao voto e não posso fazer isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Relativamente à questão da Granja, a questão de isenção de pagamento do preço da tarifa de saneamento. Isso do ponto de vista legal não é admissível porque sendo uma solução ainda que não a desejável, ela está na mesma sob a esfera e sob a alçada da Câmara Municipal, é a Câmara que tem a responsabilidade de, se for necessário despejar a fossa e garantir as condições de encaminhamento daquele saneamento. Sendo certo que isso também é uma questão de dias, de semanas porque o intercetor está praticamente concluído e vai-nos permitir a muito curto prazo servir a freguesia de Covas parte dela, da Ordem, de Sousela e vamos rentabilizar bastante os investimentos que temos na bacia do Mesio. Julgo que já o disse aqui numa Assembleia anterior através de uma nova etar compacta que solicitamos às Águas do Noroeste para instalar no caso em concreto será já na freguesia de Beire. Negociei com o meu colega de Paredes e ele aceitou porque há uma parte da freguesia de Beire que vai acabar por drenar para o nosso saneamento. E foi em Beire por uma razão muito simples, tinha de ser a jusante do intercetor de Nespereira, que passa ali perto do colégio de Bairros. Portanto também aí Nespereira vai ficar já com solução para o saneamento. Relativamente ainda ao assunto recorrente do despejo de saneamento nas redes de águas pluviais. Falando muito a sério, o que deve ser feito é logo na hora, chamar as autoridades, o SEPNA que é uma brigada da GNR, e que tem competências específicas nesta matéria ambiental, porque nestes casos é determinante reunir prova. Se não reunirmos prova, a experiência diz-me que não vale a pena. Convém, qualquer cidadão que se aperceba de uma situação dessas que é de facto intolerável, temos o dever de denunciar, eu sei que não é agradável mas temos esse dever, quer seja nas águas pluviais, quer seja na própria rede de saneamento. Julgo que essa situação está a acabar mas houve aí uma altura em que era relativamente frequente haver tratores com estanca fossas a despejar na rede de saneamento, e isso causa problemas tremendos em termos de tratamento na etar, porque a etar não foi feita para tratar aquele tipo de efluentes. Sendo certo que causa problemas terríveis de incomodidade na vizinhança com a questão do cheiro. Quanto à intervenção do deputado Simão Ribeiro. Disse que a coligação no seu programa eleitoral propunha a criação da agência municipal para o investimento. Eu dir-lhe-ei que podemos batizar, conforme quiser, enfim esse gabinete, nós já temos algo que tem a mesma função, que é o gabinete de apoio ao investimento. Portanto não há ninguém que deixe de investir em Lousada por falta de colaboração, por falta de aconselhamento porque temos meios próprios, funcionários cuja função principal é justamente essa, e estamos certamente disponíveis para o efeito. Quanto á questão do Caso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que referiu de São João da Madeira. Dir-lhe-ei que ainda há pouco tivemos, eu, a minha colega e mais técnicos da Câmara em Lisboa, no Tagus Park para nos inteiramos da realidade deles, como sabe é uma das referências a nível nacional neste domínio, e portanto estamos também a avaliar a intervenção a ter nesta matéria. Sendo certo que é importante, mas é apenas um contributo, e mesmo no Tagus Park eu por acaso fiquei um pouco dececionado, porque pensei que a abrangência era superior, acho que não chegava a uma dúzia de postos de trabalho. Agora é evidente que não é por essa razão que devemos abandonar o projeto, ainda que seja um posto de trabalho, mas é só para termos a consciência que isso não resolve os problemas de desemprego, é apenas um pequeno contributo. Quanto à zona industrial de Caíde de Rei. Também já falei muitas vezes sobre esta matéria e volto a dizer exatamente o mesmo que disse, ainda não foi possível concretizar este projeto pela dificuldade de adquirir rendas a preço aceitável. Eu uma vez disse isto ao senhor presidente da Junta que está aqui e ele disse, não é nada disso, não falta lá pessoas a vender os terrenos por preços aceitáveis. Qual? Dez euros, por exemplo, sim, sim não há problema nenhum. Então eu por escrito pedi para me identificarem as parcelas de terrenos e os proprietários e a resposta que recebi foi para a Câmara fazer uma proposta de acordo com o código das expropriações. O que eu lhe posso dizer é que nós temos consciência da importância estratégica daquela zona, de facto tem uma centralidade invejável, os próprios terrenos têm todas as aptidões para o efeito e por isso é que no PDM que está atualmente em vigor temos ali uma unidade operativa de planeamento e gestão. E entretanto a nossa ideia era de fazer ali um investimento nas infraestruturas mas com uma parceria com os proprietários, em que no fundo o investimento que a Câmara iria ter no que respeita à componente nacional porque teria que haver naturalmente uma candidatura a apoios comunitários, mas o investimento que nos competia a nós Câmara assumir seria depois ressarcido através de cedências de terrenos dos proprietários. Chegamos a fazer uma reunião com a CCDRN para apresentar esse projeto e na altura o problema que levantaram foi a questão de termos de algum modo disciplinar e regular o preço do terreno, sob pena de estarmos em vez de resolver o problema a criar um ainda maior, que era dotar aquela zona toda de infraestruturas e depois não ser passível de vender porque as pessoas pensam que ali têm ouro. E como sabem quem anda à procura de investimento procura terreno acessível. E posso adiantar-vos sem grandes pormenores, neste momento e respondendo já a um outro aspeto que também referenciou, neste momento estou a negociar um grande investimento para Lousada, está muito bem encaminhado e o fundamental é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o preço do terreno, tem de ser terreno abaixo dos dez euros, senão não há interesse. Reconhecem que temos potencialidades que temos de facto a mão-de-obra, juventude, acessibilidade invejáveis mas o fator preço do terreno é determinante. Neste momento já encetamos alguns contactos com os proprietários e o assunto está muito bem encaminhado e a curto prazo haverá uma delegação deles que vem cá falar connosco e com os proprietários e a ver vamos. Se isso se concretizar será um projeto excelente para Lousada, estamos a falar de setenta mil metros de área coberta, uma marca portuguesa que está com um crescimento fantástico em cada quatro dias estão a abrir uma loja no mundo. Estamos a falar de centenas de postos de trabalho, mas eu não gosto de falar muito antes das coisas estarem concretizadas. Mas podem estar certos que estamos a trabalhar e muito nessa parte da captação de investimento. Portanto espero que a curto prazo haja também boas notícias nessa matéria. Depois referiu a necessidade dos polos tecnológicos. Também está previsto no âmbito da Agência da Empregabilidade do Tâmega e Sousa a criação de um polo criativo que ficará aqui sediado em Lousada para esta área do têxtil desporto, turismo e agricultura, uma parceria com a universidade de Aveiro mas depois a minha colega também se quiser dar alguma achega breve poderá fazê-lo a seguir. Depois refere aqui, o fim anunciado de um ciclo de vinte e quatro anos, respira mudança. Eu percebo essa vossa insistência e até acho piada que continuem assim, estão no caminho certo. E devolvia-lhe a pergunta, sei que não me pode responder mas noutra oportunidade: o que é que o senhor deputado tem feito na Assembleia em prol de Lousada no que respeita à captação de investimentos? No que respeita ao combate ao desemprego? No que respeita a uma coisa que é impensável que é aquilo que está a acontecer com o QREN? É de facto incompreensível como é que ainda não está resolvido o problema dos sete centros escolares que nos faltam executar. Nós corremos o risco de ficarmos no concelho com escolas de primeira e escolas de segunda. Situações, que por exemplo de manhã estive numa reunião com o senhor presidente da Junta de Meinedo que me deu nota do estado lastimoso em que está o centro escolar. E estamos numa situação embaraçosa porque não se justifica fazer ali investimento com esta perspetiva de a curto prazo fazer obras de raiz. Estando já este processo parado há um ano, não se percebe, são projetos importantíssimos para o país e para o concelho. Eu ainda admitia que fossem equipamentos que poderiam de algum modo honrar no futuro orçamentos das gerações vindouras, como piscinas e coisas megalómanas que geram muita despesa de manutenção, mas não é o caso, não se percebe. Não se percebe, desde logo porque os fundos comunitários apoiam a fundo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

perdido com oitenta e cinco por cento, a Câmara só precisa de dispor de quinze por cento, temos uma situação financeira que nos permite sem problemas assumir esses quinze por cento. Trata-se de um setor que está pelas ruas da amargura, a questão da construção cívil, era importantíssimo dinamizar a economia, o emprego, não se percebe. Eu também gostava de saber o que é que tem feito para contrariar esta realidade? Desculpe que lhe diga, poderei estar errado quanto a essa matéria, mas a única coisa que eu conheça que fez por Lousada, não foi nada de bom, que é a questão de ter votado favoravelmente a lei que extingue freguesias.» -----

----- Resposta da Sr^a. Vereadora Cristina Moreira: «Muito rapidamente em relação ao plano municipal. Nós tivemos o congresso e Lousada esteve presente no congresso da FNAJ, aceitamos o convite, assim como alguns concelhos, não todos, nem todos estavam presentes do nosso país, mas está a ser feito de uma forma faseada e com a colaboração de todos. Os convites têm sido feitos à porta aberta, sendo que estamos a ter uma preocupação especial com as associações juvenis. Tem aqui várias fases, fases onde estamos a ser ouvidos todos os interlocutores e onde vamos tentar até junho ter aqui, não digo fechado, mas pelo menos um pacote de contributos dividido por vários setores que são do interesse da nossa juventude, desde a educação até às questões ligadas mais à ocupação dos tempos livres e também a questões ligadas à empregabilidade, habitação, estágios e a possibilidade de criar o seu próprio emprego e a sua própria empresa. Estamos aqui a falar, se não estou em erro, de onze áreas que vão ter depois articulação direta com os outros concelhos, e onde nós podemos fazer um encaixe, não só a nível regional, porque foi isso no fundo que a FNAJ nos deu notícia, é que a juventude, pelo menos juventude mas isto é uma realidade que eu julgo estará também relacionada com outros setores, no próximo quadro estratégico dois mil e catorze dois mil e vinte vai funcionar um pouco como um plano estratégico a nível regional. E claro que estes planos estratégicos têm a ver com o somatório do trabalho que cada concelho poderá vir a fazer e é isso que nós estamos a fazer por um lado. Por outro lado também não nos podemos esquecer da nossa realidade local por isso este plano também está a ser trabalhado no âmbito da rede social dos, *shops groups* que está a trabalhar também para o próximo quadro comunitário, que depois também está numa dimensão a doze na plataforma supra concelhia NUT III Tâmega. Aquilo que eu posso dizer é que até novembro o plano estará encetado e que será apresentado no final do ano, com efeitos para dois mil e catorze/dois mil e vinte e que os contributos são aceites de todos, claro com a ressalva que o meu colega fez e muito bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Porque o que nós pretendemos é articular em primeira mão todas as respostas que Lousada tem para a sua juventude que felizmente são muitas, que vão desde as respostas da educação, logo após o pré-escolar até as respostas mais sérias no âmbito da empregabilidade e dos negócios, mas fazer todo este plano de forma articulada, nomeadamente as questões de recreio, ocupação, ligadas mais ao desporto e ao associativismo, de forma a que cada associação possa até novembro de cada ano contribuir com o seu plano de atividades e consertá-lo com os colegas. Para quê? Para termos um ano planeado em que não haja sobreposição de eventos e em que haja um esclarecimento por parte de todos, nomeadamente por parte de quem está à frente das associações mas também por parte dos senhores presidentes de Junta, dos senhores diretores dos agrupamentos, das pessoas ligadas à juventude que possam facilmente quer através do suporte informático, de uma plataforma que é isso que estamos a pensar fazer, quer mesmo depois numa agenda, conseguir perceber que tipo de equipamentos é que nós temos, como é que funcionam, os seus horários, os locais, tipo de provas, campeonatos, todas aquelas informações que realmente são importantes que os jovens tenham conhecimento disso não logo na altura que acontece mas no início de cada ano civil. Julgo que em relação ao plano municipal é esta a resposta. Em relação ao desemprego. É impossível no minuto que me resta falar de um problema tão sério. Eu peço desculpa, eu conheço muito mal o senhor deputado, mas tenho todo o respeito, julgo que com a sua juventude e sendo do concelho mais jovem de Portugal estando na Assembleia para mim é um orgulho e para todos nós também o deve ser. Agora há uma coisa que eu exijo e deixe-me dizer-lhe isso, já tenho idade, aliás eu tenho idade para ser sua mãe, por isso eu acho que lhe posso dizer isto, o respeito é muito bonito e neste sítio muito mais, porque se há pessoa que aqui não pode acusar de não fazer nada pelo emprego em Lousada, de certeza absoluta que é este executivo. E se tem dúvidas pode perguntar por exemplo aos senhores presidentes de Câmara da sua cor política desta NUT. Como sabe neste momento está a ser feito um trabalho muito sério um trabalho quase único no país, é uma Agenda de Empregabilidade, que está a lutar desde dois mil e nove, e que deu realmente um pontapé de saída aceitando um convite da comissão de coordenação. Naquilo que era a agenda de empregabilidade Norte dois mil e quinze e que tem sido chamada, até na minha pessoa às vezes às outras CIMs do Norte. Vou estar por exemplo no dia nove em Lisboa, a convite de uma universidade e a convite do instituto Jacques Delors, porque realmente deve ser algo que está a dar algum impacto. Agora é lógico que estas questões da empregabilidade, eu até deixava aqui uma sugestão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque não fazer uma Assembleia Municipal extraordinária só para falarmos de empregabilidade. O problema não é desemprego, é muito mais grave, é de empregabilidade. Desemprego é algo que temos hoje, empregabilidade é, como é que nós vamos ter emprego daqui a cinco, dez ou vinte anos. E isto devia ter sido pensado há vinte ou trinta anos atrás. E a concertação entre o meio escolar e a formação, eu peço desculpa podia fazer de conta que não ouvi, mas eu estou a falar, após o 25 de Abril, após a extinção das escolas industriais e comerciais, criou-se um fosso entre a educação e o meio empresarial e esse fosso é o que está agora a dar o resultado, ou seja, nós neste momento, no nosso concelho e vou-me reportar ao concelho, mas tenho dados dos doze eu neste momento trabalho a doze, não consigo pôr Resende, nem Cinfães ou Celorico de fora, aliás os colegas da vossa bancada até do recém-formado conselho empresarial, sabem perfeitamente e convidam-me para as sessões porque devem de achar que eu faço alguma coisa pela empregabilidade, e nessa altura, podemos perceber que há emprego. Nós temos ofertas de emprego neste momento que não conseguem ser preenchidas porque não temos quadros suficientes ou adequados a essas ofertas, para os quarenta e dois mil desempregados. Temos um problema sério mas mesmo muito sério para as pessoas desempregadas com mais de trinta e cinco anos, eu aqui há uns tempos falava em quarenta e cinco, não com mais de trinta e cinco anos já é uma problema, sobretudo quando estão muito desqualificadas, é por exemplo o setor da construção civil, em que as pessoas vêm às centenas para casa, alguns voltam de países como Espanha e que têm a quarta classe mas uma quarta classe que já fizeram há muito tempo, em que os hábitos de leitura não têm sido uma prática, em que as pessoas praticamente só sabem ler e escrever o próprio nome. Que tipo de emprego é que nós vamos dar a estes homens, que alguns deles já deram trinta e quarenta anos de serviço ao país? Eu custa-me porque atendo-os, senhor deputado, todas as semanas, só esta semana foram trinta e cinco pessoas que eu atendi, direto, não almocei porque tinha uma reunião á tarde, e não consigo mandar pessoas com sessenta anos e alguns com dedos amputados, quarenta anos a andar debaixo de sol e chuva dizer que eles têm de fazer uma formação modelar de cinquenta horas ou cem e que têm de procurar emprego. Quando eu tenho a certeza que eles não vão encontrar emprego. Estas questões são muito complicadas e realmente a Agenda tem-se preocupado imenso, tem feito uma articulação entre parceiros e estamos a trabalhar por setores ao nível dos doze, ou seja deixamos de trabalhar a agricultura, o comércio, o turismo, o têxtil, o calçado, a pedra, a metal mecânica ao nível do concelho. Não, trabalhamos estes setores todos ao nível dos doze. E depois cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

concelho ou cada organismo tentou ou está realmente mais responsável por uns do que por outros, no caso de Lousada nós ficamos mais responsáveis pela questão do têxtil, acho que todos compreendem e estamos a trabalhar com a universidade de Aveiro, já há dois anos e julgo que vai dar frutos. Mas estes processos não se vão conseguir num ano, muito menos em quatro e também desculpe que lhe diga, mas tenho uma coisa que eu acho que é importante e que deve ter sentido, quatro anos passam num instante. Não pense que só por ser ano de eleições este executivo vai parar, não, continua a semear e há sementes que se vão lançar este ano, independentemente de quem vier para a frente, as políticas têm de ser políticas de continuidade e há políticas que só vão dar efeito daqui a dez, vinte ou trinta anos. As reformas são de décadas e uma asneira que se faça hoje, pode amputar gerações, e é só isso que eu tenho receio, é que realmente neste momento estamos a viver um problema gravíssimo no nosso país, nós não temos um plano estratégico para a formação e para a educação, e isto é que é grave, claro que aqui em Lousada nós vamos sentir os efeitos de uma política que é nacional. Agora neste momento se estivermos todos juntos, os doze concelhos, os senhores presidentes têm a consciência disto, independentemente da cor partidária, estão a tentar realmente resolver este problema, porque se fechar uma empresa em Paços de Ferreira e metade daqueles trabalhadores forem de Lousada o problema passa a ser de Lousada. E agora pergunto-lhe eu senhor deputado que responsabilidade tem o executivo da Câmara de Lousada? A empresa nem era nossa. E esse cálculo eu estou a fazê-lo. E na próxima reunião posso-lhe dizer de onde vieram os desempregados que nós temos neste momento e posso-lhe dizer que mais de cinquenta por cento não foram de Lousada. O que quer dizer que se calhar não foram de Lousada as políticas mais erradas. E só para terminar com coisas concretas: o que é que nós temos feito, por exemplo, anualmente, o plano de oferta formativa, tentamos consertar todas as escolas de todos os concelhos para tentar consertar a oferta formativa, de forma a que a formação que seja dada não seja dada ao acaso e para o desemprego. Estamos a trabalhar articuladamente com o IEFP e com o ministério da educação, também se está a fazer muito trabalho articulado com o recém-formado conselho empresarial. Foram as associações empresariais dos doze concelhos que se uniram e há o conselho empresarial e foi com esse conselho empresarial que Lousada organizou o recém encontro, “Oportunidades de Negócio” em Moçambique e tem mais dois preparados. Aquilo que nós neste momento estamos a tentar fazer é juntos ter uma estratégia, traçar essa estratégia e concretizá-la. A nível local e só para responder à questão do “Impulso Jovem” é realmente uma medida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

paliativa porque é, mas importante, nunca o disse que não é. É muito importante os nossos jovens terem pelo menos um ano de experiência e poderem pôr essa experiência no curriculum, sobretudo em algumas áreas e vou dar um exemplo, a psicologia em que a ordem dos psicólogos não os deixa trabalhar se eles não pertencerem à ordem e não os deixa pertencer à ordem sem trabalhar, é uma coisa muito interessante e por isso nós estamos atentos a isso. E para isso na última reunião de Câmara foi aprovado e já foram submetidas dez candidaturas ao “Impulso Jovem - concelho de Lousada”. Ao mesmo tempo, criamos uma bolsa de ajuda a este “Impulso” embora seja uma medida do governo central, nós fizemos isso, porque acho que há aqui uma falha muito grande que é o diálogo entre o próprio jovem e a própria empresa. Nós estamos a tentar aproximar ambos com a ajuda também do centro de emprego, temos aqui um GIP e esse GIP faz um trabalho excelente que realmente articula em primeira linha com o centro de emprego de Penafiel, de tal forma que podemos realmente explicar melhor à empresa, quando temos dúvidas, a vantagem. Para além disto fazemos quase uma promoção e dizemos: “olhe há esta facilidade, há esta oportunidade, fica durante um ano com a possibilidade de ter na sua empresa mais um recurso ou dois a um custo muito reduzido e ao mesmo tempo está a ajudar a juventude do nosso concelho”. Eu podia dizer aqui mais um conjunto de ações porque elas vêm vindo na revista mas eu julgo que neste momento, acabo como comecei, é um problema a nível mundial. Toda a gente sabe que a máquina veio substituir o homem, eu quando vejo serviços que ainda há pouquíssimo tempo eram feitos por pessoas e agora são feitos por máquinas, as portagens por exemplo. Eu nunca passo na portagem a não ser que seja muito tarde e não tenha outro remédio que tenham só a máquina. Eu quando vou ao supermercado, um supermercado fora que tem aquelas máquinas automáticas, eu não pago nessas máquinas. Quando estou agora neste momento, isto agora é uma coisa nova que alguém ali amigo do senhor Xavier Pires me ensinou e que eu aprendi rápido, quando estou num restaurante ou num bar eu já não arrumo a minha bandeja porque eu sei que estou a tirar o emprego a alguém, até a esse pormenor eu chego e aviso toda a gente disso. Acho que isto é empregabilidade e que todos nós somos responsáveis e agradeço realmente o respeito pelo trabalho que foi feito por este concelho e pelos outros que estão na nossa CIM.» -----

----- Eram zero horas e trinta minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Cláudia Patricia Lousada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto senhora vereadora deixe-me dizer-lhe, aliás em primeiro lugar deixe-me retribuir-lhe o elogio que me fez e dizer-lhe que tenho imenso respeito pelo seu trabalho, na exata medida do amor que tem a Lousada, que possivelmente e naturalmente é tanto como o meu, e este é efetivamente um esforço que nos deve convocar a todos, independentemente de ideologias partidárias. Mas eu referia na intervenção há pouco e porque estamos na análise das informações prestadas pelo senhor presidente e nessas mesmas informações tem um ponto que versa mesmo sobre a criação de grupo de trabalho para emprego. E portanto daí o âmbito da minha intervenção senhora presidente. Eu apenas tentei expor o seguinte raciocínio: a senhora vereadora falou e muito bem e mais uma vez estamos de acordo, que o problema da empregabilidade, a negrito e a itálico, é um problema estrutural não é um problema meramente conjuntural. É um problema estrutural de falta de planeamento, de falta de visão de há vinte anos, que é também um problema internacional, nomeadamente europeu e nacional e eu reconheço. Mas senhora vereadora a nível local há também muito a fazer. Eu relembro a senhora vereadora que o atual partido que governa os destinos de Lousada é executivo há vinte e quatro anos quase. E eu pergunto que tipo de concelho tentaram construir ao longo de vinte e quatro anos? Qual o setor estratégico em que se tentou investir em Lousada? E já que tentamos e normalmente aqui é praxis parlamentar, nesta Assembleia Municipal, utilizarem-se os exemplos vizinhos, deixe-me recordar-lhe que os seus colegas de executivos de municípios vizinhos tiveram a preocupação de internacionalizar o próprio município com base numa marca. Penafiel é reconhecido pelos granitos, Paços de Ferreira capital do móvel, Paredes pelo design industrial, nomeadamente vocacionado para a indústria do móvel também. Lousada é conhecido por quê? Era conhecido também pelo desporto automóvel é verdade e deixamo-lo cair, saúdo mais uma vez e dizendo que é um esforço que está a ser levado pelo município, por todos nós e que nos deve convocar a todos. Mas eu pergunto, só agora é que fazemos planeamento estratégico na área da captação de investimento e da empregabilidade? E os últimos vinte e quatro anos? Dizendo pela positiva senhora vereadora que é de facto um problema, um flagelo e que nos deve convocar a todos independentemente da cor política.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Gostaria de uma vez mais, digo uma vez mais porque já o fiz no passado, enaltecer a realização do “Folia”, com especial destaque, especial carinho o “Foliazinho” que efetivamente desde a primeira hora reconheci e louvei o mérito desta realização. E de facto com este louvor e reconhecimento constante que gosto de fazer a esta iniciativa, dizer também que li com algum interesse a entrevista dada pelo senhor vereador Eduardo Vilar, hoje ausente aqui da Assembleia Municipal, ao jornal TVS em que efetivamente lhe foram colocadas um conjunto de questões, em que, e aqui já não posso reconhecer nem louvar as respostas por ele dadas a esta entrevista. Pois há um conjunto de questões que não desfavorecem a realização da iniciativa mas que efetivamente são respostas vãs, ocas, sem qualquer conteúdo à pergunta que lhe é colocada. E por isso eu aproveitava, também neste âmbito, numa perspetiva de obter respostas concretas às perguntas ou a algumas perguntas que foram colocadas. Perguntava o jornalista: qual o orçamento previsto? Diz o senhor vereador: é um orçamento muito baixo pois a parceria com a Jangada Teatro tem-nos permitido organizar um festival desta dimensão com encargos bastantes reduzidos. E portanto qual o orçamento previsto? É um orçamento baixo mas não sei qual. Depois pergunta: qual o número de visitantes esperados? E o que é que faz do “Folia” um evento tão especial? E ele responde: se for em número superior ao do ano passado já constituiu um importante triunfo. Portanto qual o número de visitantes esperados? Mais uma vez é uma resposta que peca por ausência de concretização. Se for um número superior ao do ano passado, pronto já é um triunfo, mas não tenho uma previsão de visitantes esperados. Mas eu gostaria também de realçar aqui um outro aspeto que me parece importante e que efetivamente parece-me de repetir o louvor que é dado à organização, ao “Folia” mesmo com o desfavor destas ausências de resposta, que me parecem, enfim, não sei se é ausência de conhecimento, se é mesmo ausência, enfim, na altura da entrevista dos dados concretos que permitissem responder. Mas é o enaltecer da realização da edição deste ano do “Folia”, com o cartaz mais alargado, com a participação de associações de índole nacional, e com um orçamento reduzido, ou seja, nós mesmo numa fase de contingência e restrição financeira é possível fazer. Portanto isto é que eu também gostaria de louvar e de enaltecer, quando em anos anteriores tínhamos um desafogo financeiro que nos permitia deitar mais foguetes, o que é certo que mesmo sem esse desafogo, permite-nos também lançar foguetes e desenvolver iniciativas que me parecem meritórias. Este contraste parece-me de louvar, que é a capacidade de com menos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conseguir-se fazer, eventualmente fazer-se até mais do que aquilo que seria espectável, tal como testemunha depois nesse mesmo jornal o diretor e relações públicas da “Jangada Teatro”. Na apreciação das informações recebidas pelo senhor presidente de Câmara, fala naturalmente também do plano municipal da juventude, eu aqui vou ser muito breve, apenas para dar uma nota. Efetivamente já todos percebemos que se trata de perspetivar dois mil e catorze/ dois mil e vinte, mas eu também já o tinha dito na Assembleia anterior, que este plano municipal de juventude deveria ter acontecido em mil novecentos e oitenta e nove e ser constantemente atualizado. Pela primeira vez na história deste executivo é feito um plano municipal da juventude. Eu conheço outros planos municipais de juventude de outras autarquias que tiveram uma estratégia de trabalho que me parece interessante, sugeria-lhe por exemplo a consulta ao plano municipal de juventude da Câmara Municipal do Porto, não pela abrangência, enfim porque estamos a falar de uma autarquia com uma dimensão bastante superior à nossa, mas pela metodologia do trabalho que foi desenvolvida. E portanto a metodologia do trabalho que foi desenvolvida no âmbito da criação do plano municipal da juventude da Câmara Municipal do Porto, parece-me um bom exemplo, que deve ser replicado aqui na elaboração deste primeiro plano municipal de juventude do nosso concelho. E depois reforçar aqui a questão também do emprego, porque efetivamente o meu companheiro Simão Ribeiro, já aqui elencou os pontos que me parecem essenciais para esta discussão, e que de facto a senhora vereadora acabou por os confirmar na intervenção que fez. A questão da empregabilidade exige planificação e exige essa planificação atempada, não deve ser reativa dever ser proactiva. E portanto aquilo que nós coligação “Lousada Viva” e mesmo no âmbito das anteriores coligações que formamos nesta Assembleia Municipal, sempre defendemos foi a captação de investimento com o fim da criação de emprego e da fixação de população no concelho de Lousada. Nós sempre defendemos isto, e pela primeira vez, começamos a ouvir o executivo municipal a falar nesta medida, na captação do investimento para a criação do emprego. Portanto temos que fazer justiça áquilo que sempre foi apanágio da coligação “Lousada Viva” que foi defender estas medidas numa perspetiva prospetiva de criação de emprego e fixação de riqueza e da qualidade de vida para os lousadenses no nosso concelho. Há uma outra questão que está associada a esta e que a senhora vereadora também tocou ao de leve, que tem a ver com o nível das qualificações da nossa “ mão-de-obra”, porque efetivamente os dados que temos, e se consultar os censos de dois mil e onze, vai perceber, certamente já os consultou, mas todos percebemos que o nível da qualificação da nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

“mão-de-obra”, dos lousadenses, é muito baixo. Nós estamos a falar em percentagens muito elevadas com uma qualificação muito, muito baixa. Só para terem uma ideia, nós temos sessenta e nove por cento da população com o nível do ensino básico, sendo que ainda temos aqui uma percentagem da população sem qualquer nível de escolaridade. E depois se fizermos esta associação das qualificações da nossa “mão-de-obra” percebemos que é esta a população que está a representar a maior taxa de desemprego, dentro do grupo dos desempregados no nosso concelho. E portanto aqui também se exige o cuidado e uma atenção especial, que se relacionam todas as questões umas com as outras, ou seja, a preocupação que temos que ter ao nível da empregabilidade não é só a captação de investimento, mas é também a organização da oferta educativa no concelho. Por isso é que a coligação “Lousada Viva” já no anterior programa defendia a fixação de um polo de formação superior para Lousada. Os senhores deputados levam isto de uma forma, diria pouco séria para a preocupação que este assunto deve merecer e nos deve remeter a todos. Há aqui toda uma visão que devemos ter integrada do concelho, com uma planificação atempada e não só fruto de uma reação a um problema atual, porque se nós tivéssemos acautelado todas estas questões a estas dimensões há quinze ou vinte anos atrás, provavelmente hoje teríamos melhores indicadores. E depois é uma falácia dizer-se que em Paços de Ferreira tem polos industriais, fecham empresas e portanto o problema é deles, não, porque se não tivessem lá empresas provavelmente o problema seria maior. Lousada hoje provavelmente tem o aumento da taxa do desemprego comparativamente com períodos homólogos porque provavelmente também percebemos que muitos destes desempregados são ex-emigrantes, porque Lousada não teve taxas tão elevadas de desemprego, já tive a oportunidade de dizer, porque muitos lousadenses, e era uma dor de alma vê-los partir ao domingo à noite, para Espanha e para França. Eu estou a situar a discussão ao âmbito da Assembleia Municipal de Lousada, ao âmbito geográfico do nosso território, quando quisermos partir para uma discussão mais aberta, mais alargada, mais regional também podemos partir. Mas eu enquanto deputado municipal da Assembleia Municipal de Lousada gosto muito de me focar nos problemas de Lousada. Portanto concluir dizendo isto, que a questão da empregabilidade, não é uma questão que se resolve de hoje para a amanhã, é uma questão que se constrói de hoje para daqui a dez ou quinze anos. E se hoje temos problemas de desemprego ou de falta de empregabilidade foi porque na devida altura, há dez, quinze anos atrás não soubemos trabalhar ou não soubemos construir devidamente estas soluções.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

disponibilizaram-se para negociar com o município, o município teve contratos com eles e depois falhou com esses mesmos contratos. E se alguém não esteve disponível, aí sim, deviam ter feito aquilo que à época, na altura ainda não era eu presidente de Junta, deviam ter feito a expropriação, do mesmo modo, como fizeram numa outra plataforma aqui no concelho. E que estão a pagar caro e vão pagar caro aquilo que foi uma má gestão a esse nível, da criação do polo industrial. Por isso o meu desabafo é nesta matéria, o emprego nunca foi dentro do concelho e em particular na criação de emprego uma realidade.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só uma pequena observação, ficam sempre muito aborrecidos quando nós comparamos os dados do concelho de Lousada com os concelhos vizinhos. Isto porquê? Porque não lhes convém que se saiba que Lousada comparado com os concelhos de Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel e se quiserem Castelo de Paiva, Felgueiras tem uma origem há dezenas e talvez centenas de anos, não confundam as coisas, mas isso é só na questão do emprego. Na questão do emprego o único concelho que tem menos desemprego que Lousada é Felgueiras, todos os outros têm muito mais desemprego que o concelho de Lousada com um endividamento muito maior, como já lhes disse. Não gostam que se compare com os outros concelhos nem com o país que Lousada é o concelho mais jovem do continente. Não gostam destas comparações porquê? Porque assim podem dar azo á vossa imaginação e dizer o que lhes apetece. Por exemplo no endividamento, podiam dizer Lousada tem uma dívida de vinte e cinco, vinte e oito milhões. O que é que isso significa? Não significa nada, se é muito se é pouco, não tem significado nenhum. Sabe como é que tem significado? Comparado exatamente com os outros concelhos, Lousada está entre os cinquenta melhores concelhos, com menos endividamento no país. Portanto o que vocês pretendem é manipular e dar azo à vossa imaginação que neste setor é de facto muito fértil.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em dez minutos dizer apenas uma coisa, o “Folia” é de facto uma das coisas que nós devemos enaltecer, já com grande tradição neste concelho e onde muitos jovens do nosso concelho participam. Neste momento, penso, que é uma companhia de teatro da Estónia ou da Lituânia que está a atuar, não é só a dimensão nacional deste evento, é a dimensão internacional que conta também aqui elogiar. A segunda coisa menos séria que eu queria dizer é que se estão a oferecer terrenos em Caíde de Rei, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

posso ficar com um. Na minha terra diz-se: “que não há almoços grátis” e eu quando vejo muita gente a dar até desconfio. Sou um daqueles pobres que desconfiam. Fico já com um. O problema é quando se oferece e não há dinheiro para investir. O problema é que, aquilo que eu mais vejo aqui na região Norte são parques industriais, cabos de fibra que estão desertos. Não me parece que seja uma gestão muito racional, fazer neste momento um investimento em terrenos industriais quando não há empresa para ir para lá. Basta pegar num carro e ir até Lisboa, Alentejo e o que mais vemos são parques industriais, com as últimas tecnologias e aeroportos completamente vazios. Há aqui uma coisa que a mim me parece essencial e nesse aspeto queria reportar-me à questão, para finalizar, do emprego e da juventude. Emprego e juventude acho que devem andar de mãos dadas, a juventude, hoje em dia, nós vemos isso, eu tenho falado com muitos jovens lousadenses que estão neste momento em Moçambique, em Angola, Brasil porque dizem que aqui não encontram emprego. É verdade eles aqui encontram trabalho, muitos deles. Mas também é verdade que não há muitas oportunidades e não é só em Lousada, é em toda a região Norte. E a questão aqui que nós temos de saber é, este planeamento como dizia ali o senhor deputado Carlos Nunes, do programa municipal de juventude, devia ser desde oitenta e nove, porquê? Porque que não devia ser antes? Porque era um senhor do PSD que estava no executivo? Porque é que se refere a oitenta e nove? Eramos miúdos nessa altura? Eu acho que todo o momento tem as suas lideranças, desculpe o senhor vem para aqui dizer que o PS é, o mal de todo o problema deste concelho, até pode ter razão, mas a história dar-lhe-á a razão que o senhor há de merecer. Agora verdade é esta, o senhor referiu aqui sessenta e nove por cento de pessoas que só têm o ensino básico e eu agora vou-lhe reportar oitenta e nove. Eu mostro-lhe um estudo feito em oitenta e nove em que se calhar noventa e cinco ou noventa e seis por cento da população lousadense nem a quarta classe tinha. E o senhor disso... cala-se... Sabe porquê? Porque sabe que ao longo deste período houve muita evolução. Sabe que há jovens que não tinham futuro nenhum e que não queriam seguir a escolaridade, e que a seguiram. E sabe para sua vergonha e do partido que representa que, os sucessivos avanços em termos escolares, escolaridade obrigatória e escola pública, foram feitos pelo PS e não pelo PSD. O senhor esconde isso, e isso não é bonito. O senhor sabe, muito bem, que a ligação que foi feita, e isto, eu tanto digo mal de um governo como digo bem, desde dois mil e cinco que se está a falar na ligação entre universidades e as empresas. Não é algo de agora, esse problema já foi detetado há muito tempo. Portanto é um caminho que está a ser feito e que tem de ser feito. Agora quando eu vejo o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deputado vir aqui dizer que a solução para Lousada é criar uma escola de ensino superior, eu fico pasmo, para abrimos um curso como há em Bragança, gestão de condução de vacas? É esse o curso que nós vamos abrir cá? O que não falta aqui são cursos de ensino superior e todos nós queremos que a nossa terrinha tenha uma escola qualquer a dar uns cursos quaisquer. Não é isso que nós precisamos, nós precisamos sim de definir um rumo, precisamos sim de definir metas. Agora, nós não precisamos de ter cá uma escola de ensino superior, há o Porto, há Coimbra, há Lisboa, há Erasmus. Hoje temos alunos de Lousada a fazer Erasmus em praticamente todas as cidades europeias, temos alunos a estagiar em empresas internacionais. Qual é que é a questão? É isso que é o ensino em Lousada? Não me parece que seja. Continua a bater na mesma tecla do ensino superior em Lousada, para quê? Há alguma potencialidade que nós tenhamos que não exista em mais lado nenhum deste país que já não esteja criada? E para terminar eu gostaria de dizer uma coisa, ainda hoje vi no TVS que Felgueiras tem o mais baixo desemprego aqui da zona e que o deve muito ao setor do calçado. Para quem já se esqueceu, aqui há uns anos atrás o setor do calçado sofreu com a concorrência chinesa e Felgueiras tinha dos mais elevados índices de desemprego desta região. E padeceram a contra ciclo, mas padeceram, e agora a contra ciclo estão a beneficiar. A questão aqui a saber é, quem é que fez isso? Foi a Câmara Municipal presidida lá pela senhora Felgueiras? Foi? Mentira, é falso. A análise foi muito bem-feita, o tecido económico de Felgueiras adaptou-se à internacionalização, à competitividade e á qualidade. Foi o tecido económico e empresarial de Felgueiras que deu a volta, não foi a Câmara. A Câmara não andou a criar empresas de calçado. A Câmara não tinha gabinetes de empreendedorismo e inovação, não tinha. O problema é este, é que os empresários de Felgueiras, houve muitos que desistiram. Não sei se alguém se lembra da quantidade de insolvências que houve aqui há uns anos em Felgueiras? Já ninguém se lembra, é natural, a memória normalmente é curta. A verdade é esta, não podemos estar sempre à espera que o “bugalho” caía. Lousada, os empresários lousadenses e nós enquanto seus representantes, temos de ter junto das populações e dizer: sim senhora vocês são os agentes da mudança, não é sempre estar à espera que Câmara crie isto, crie aquilo, haja incentivos, haja subsídios, haja o que quer que seja. Não. Nós somos agentes da mudança e nós é que temos de fazer parte dessa mudança. Eu percebo a vossa preocupação, é difícil “malhar” num executivo que tem feito um trabalho, não só para Lousada mas também para todos os municípios que integram a nossa área geográfica, que tem sido irrepreensível e é muito difícil conseguirem imputar à Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada e ao seu executivo, responsabilidades. Agora se vocês me dizem que o executivo pode auxiliar para que haja uma mudança paradigma, para que haja uma alteração daquilo que são as convicções das pessoas, dos seus objetivos, das suas ambições, verdade, apoio totalmente, e acho que esse executivo tem de fazer sempre mais e melhor. Agora se vocês me dizem: a Câmara é o principal agente do emprego em Lousada, é falso, esta Câmara nunca vai conseguir realizar nada se não houver políticas nacionais, se não houver políticas europeias e se não conseguirmos que a população, por si, procure ter mais formação, procure investir mais em si, em empresas, na indústria, nos negócios, na agricultura, nós nunca vamos conseguir isso sem a população. Portanto mais do que andarmos aqui a mostrar folhetos eleitorais de campanhas dos anos anteriores, do que andarmos aqui a mostrar que temos muito interesse e que a Câmara pode fazer muito, a verdade é que, esse trabalho tem de ser feito por todos nós. E portanto não vale mais essa demagogia, eu sei que o senhor deputado Carlos Nunes, vem aqui incisivamente, todas as Assembleias, dizer que Câmara tem de fazer isto, tem de fazer aquilo. Eu acho que você anda a “bater no ceguinho”. Porque aquilo que o senhor deve fazer, que todos nós devemos fazer, isto serve também para mim, é sermos os agentes da mudança e sermos agentes da mudança implica não só falar aqui mas ir lá para fora e dizer isto às pessoas. E isso sinceramente foi aquilo que eu nunca o vi a fazer, vi-o a fazer campanha mas nunca o vi a ajudar as pessoas a enfrentar os desafios que têm.» -----

----- Era uma hora e três minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Nas informações remetidas pelo presidente de Câmara, da maneira que a oposição aqui falou isto parece um desastre. O que eu vejo aqui: terminadas as obras da primeira fase do parque urbano, segunda fase do parque de Vilar e agora remeto-me exclusivamente às informações remetidas, ao contrário dos antecessores. Combate ao abandono escolar precoce, bom testemunho nacional, o programa DICAS que é de louvar e que parece que muita gente se esquece, que o abandono escolar tem sido um trauma para este país e que está a ser bem conseguido, Lousada está a dar a volta a isso. O plano municipal da juventude, a bolsa de emprego, outra questão que eu também gostaria de aqui realçar, Festival Harmos, descentralização da cultura, reconheço a qualidade deste festival. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

relativamente á formação, parece que toda a gente se está a esquecer do que está a ser feito pelo governo. Parece que não vivemos neste mundo. Quando nós vemos os centros de novas oportunidades, que muita gente é contra, cada um tem a opinião que quer, que foram trucidados por Pedro Passos Coelho e que, por mero acaso, transformam-se em centros de qualificação e ensino profissional, exatamente com as mesmas competências, muda-se o nome, acrescentaram ali uns pozinhos, e isto agora é que é bom. O problema é que, estamos a ver isso em Lousada? Havia dois, havia. Onde é que as pessoas adultas podem recorrer para fazer o quarto, sexto, nono, décimo segundo ano, digam-me? Competência da Câmara? Tomara nós termos os centros de novas oportunidades ou os CQEP, o que lhe queiram chamar. Como é que uma pessoa adulta consegue neste momento aumentar as suas qualificações? É lógico que existem outras ofertas mas essa seria a que abarcava mais pessoas. Como é que correu o processo de extinção dos centros das novas oportunidades, ninguém fala nisso? Em agosto de dois mil e doze foram extintos ou então disseram assim, se quiserem trabalhar, trabalhem mas não temos dinheiro para vocês, autofinanciamento, imaginem dizer isto nas finanças, vocês têm de trabalhar para o estado mas ninguém vos paga. Isto aconteceu em Portugal. Os centros vão surgir em janeiro de dois mil e treze, está tudo predefinido, chegou a altura vocês sabem onde está? Não está. Março de dois mil e treze, sabem onde está? Não está. Agora, ninguém sabe, liga-se para a agência nacional de qualificação, ninguém sabe de nada. Onde é que está a oferta formativa neste país? Tanto nós debatemos, tanto dizemos aqui, as autarquias... As autarquias são o parente pobre do país, seja as Juntas de Freguesia, seja as Câmaras, estamos a ser atacados constantemente e andamos aqui nisto a discutir uns contra os outros, em vez de nos juntarmos e tentarmos criar uma resposta positiva, unirmo-nos e se todos sabemos que a resposta vem do nível nacional e supra nacional, da união europeia, que neste momento está a ser gerida por bando de lunáticos, que não querem saber de Portugal para nada. Nós fomos alvo, não de um resgate financeiro da *troika*, foi um sequestro. Nós precisávamos? Contribuímos para isso? Sim. Erramos mas isto foi um sequestro financeiro que fizeram a Portugal. A única coisa que interessa a esses senhores, e nós andamos aqui a discutir uns com os outros é que os bancos recebam o dinheiro investido nos lucros, mais nada. Eles não querem saber de Portugal para nada, se cair caiu, o que eles querem é que os juros continuem a ser pagos mais nada. E nós andamos aqui a discutir uns com os outros, autárquicas estão a chegar... Vamos olhar para a frente, meus amigos. Isto a nível da união europeia está muito mau e temos lá o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Dr. Durão Barroso a servir de “espantalho” desculpem a expressão, mas por muito que ele possa querer fazer não manda nada. Vamos continuar aqui a discutir uns com os outros e não arrepiamos caminho.» -----

----- Era uma hora e nove minutos quando se ausentaram definitivamente desta Assembleia os seguintes membros: Joaquim Cardoso e Filipa Maria Ventuzelos. -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção do senhor deputado Simão Ribeiro. Eu percebi a intervenção dele porque ainda é muito jovem e ainda sabe pouco daquilo que se tem feito aqui em Lousada. Senão, não teria dito aquilo que disse. O que se fez em Lousada na educação, por exemplo: sabia que há duas décadas Lousada era o segundo concelho do país com mais abandono escolar, aliás recentemente saiu um estudo do David Justino que aponta Lousada, Paços de Ferreira e Felgueiras como exemplo. Paços de Ferreira era o primeiro da lista e nós eramos o segundo. E isto foi por acaso? Desconhece as políticas educativas que aqui em Lousada foram implementadas nestas duas décadas? Desconhece que a educação é justamente um dos setores onde a nossa gestão ficou claramente destacada, pioneiros em algumas áreas, como as atividades de enriquecimento curricular que vocês agora pelos vistos querem destruir? Portanto há de facto aqui uma preocupação muito forte de qualificar a população lousadense e houve aqui uma aposta muito forte nesta área da educação, receio de facto quanto ao futuro desta franja de população que referiu, certamente serão uma faixa etária que já não abrange a gestão socialista. Mas de facto é preocupante a situação deles, e quando neste momento, já foi dito pelo Nelson e bem, não existem soluções, se as soluções para o emprego é aquilo que a gente sabe, nem soluções de qualificação existem para estas pessoas. Eu sei que para vocês nós temos as costas largas, todo o mal do mundo, a culpa é nossa, mas as pessoas são suficientemente inteligentes, para perceber e discernir aquilo que é da nossa responsabilidade e aquilo que não é, e sabem perfeitamente o trabalho que tem sido feito aqui no concelho. Depois mete-me muita confusão essa mania dos títulos e das capitais, eu ainda gostava de saber quem é que se vai candidatar á capital dos parolos. Eu conheço capital para isto, capital para aquilo, são títulos. Sinceramente isso não é coisa nenhuma. Eu dir-lhe-ia que para bem de Lousada nós não dependemos excessivamente de um setor. Como sabe há aqui um setor muito forte que é o setor da confeção, que continua a passar por muitas dificuldades, mas felizmente está a resistir e o senhor melhor do que eu sabe que isso é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

verdade porque a sua família tem uma empresa de sucesso nessa área, e ainda bem para o concelho. Mas felizmente existem outros que estão a resistir e que têm esperança de conseguir dar o salto e sair desta crise. Portanto esta realidade, como foi já aqui dito de Felgueiras, são circunstâncias do mercado, é verdade de facto que os empresários também souberam adaptar-se à nova realidade. E eu julgo que esse esforço também está a ser feito pelos nossos empresários, nomeadamente, nesta área de confeção. E estava eu a dizer que ainda bem que nós não dependemos demasiado de um setor porque isso é muito perigoso, porque sofre-se com mais efeitos as crises. Depois relativamente à intervenção do Dr. Carlos Nunes. Relativamente ao “Folia” o senhor professor Vilar não está aqui porque teve uma intervenção cirúrgica, eu não vou responder por ele. Mas posso adiantar-lhe que o orçamento do “Folia” não é um orçamento municipal, ou seja, a Câmara é coorganizadora com o Jangada Teatro e portanto quem faz o orçamento é o Jangada Teatro. A Câmara o que faz e bem, apoia esta coletividade. Aliás, julgo eu, há catorze anos porque esta já é a décima terceira edição do “Folia” e julgo que logo passado um ano já organizaram o primeiro. Portanto a Câmara tem apoiado esta coletividade e se calhar é uma daquelas que recebe mais do que as Juntas, não sei, é possível, porque de facto são custos brutais e quer queiramos quer não, não é uma área do ponto de vista económico sustentável, precisa, aqui e em todo o mundo de ser apoiada e ser subsidiada. Nós temos contado com esta parceria profícua do Jangada Teatro e julgo que deve ser mantida no futuro. Porque se Lousada também é reconhecido pela sua oferta cultural a nível regional inclusivamente, e basta de quando em vez ir ao auditório e ver pessoas aqui dos concelhos vizinhos, ainda ontem foi o caso. Eu confesso que ontem fiquei um bocadinho desiludido porque a sala não estava cheia. E uma das perguntas que queria que o senhor professor respondesse era relativamente à previsão do público. Pois que resposta o senhor professor há de dizer? Ele, por exemplo, se calhar, estaria a contar com a sua presença na estreia e eu pelo menos não o vi, não sei se esteve ou não ontem. Agora estava eu a dizer é que fiquei um bocado desiludido porque de facto a sala não estava cheia e foi um espetáculo de uma qualidade tremenda, com o José Fanha, o Francisco Mendes e o maestro Antonio Palma, um misto de música e poesia. Temos tido uma oferta cultural de uma qualidade excecional porque, volto a dizer, contamos com essa parceria. E uma coisa muito engraçada e curiosa que o José Fanha disse a propósito do Jangada Teatro, é que de facto eles precisam de ir além no que respeita á divulgação, porque têm muita qualidade para outros voos. E portanto eu espero que se eles vierem a ter outros voos, porque agora vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contar com uma parceria com o próprio José Fanha, que vai escrever algumas peças para eles, se eles tiverem esses voos, que não deixem de aterrar aqui em Lousada, porque de facto é importantíssimo para o concelho manter esta bitola de qualidade na oferta cultural. Depois relativamente á questão que disse, às tantas com menos foguetes consegue - se fazer o mesmo ou fazer mais. Isso é natural que à medida que este evento se vai solidificando tudo se torna mais fácil porque há outro tipo de parcerias que se consegue com outro grupo que até então não se conseguia, porque ou era desconhecido o evento ou a própria qualidade também era desconhecida. Portanto à medida que, quer a companhia, quer o próprio evento se vai afirmando, facilita muito nomeadamente a parte das parcerias que é como deve compreender importantíssimo para o sucesso do programa e também naturalmente para o próprio orçamento contido. Relativamente à captação de investimento, diz que agora pela primeira vez ouviu falar em captação de investimento. Era o que faltava se fosse a primeira vez. Já cá ando há alguns anos e não há ano nenhum que não se fale nisso, lembro-me de, na altura a crítica que vocês faziam e depois apareceram aqueles investimentos, nomeadamente em Lustosa da *Jungle Power*, que foi um investimento cobiçado não sei por quantos municípios, outro em Caíde da Protamb, de reciclagem de materiais ferrosos, que veio de Espinho, e tantos e tantos exemplos, anda certamente com lapsos de memória, o senhor deputado Dr. Carlos Nunes. Relativamente ao senhor presidente da Junta de Caíde de Rei. Começou por referir que há uns anos atrás o município chegou a celebrar contratos a seis euros. Eu sei que de facto já há muitos, muitos anos, quando se começou a falar da zona industrial de Caíde de Rei se chegou a fazer contrato promessa com algumas pessoas, mas certamente também saberá que o que estava por detrás destas negociações era um projeto privado e depois foi abandonado por esse promotor, e foi isso que impediu, nessa fase, avançar com o projeto. Já mais recentemente e já na sua gestão autárquica, de facto tive nota e fez-me chegar um documento a dizer que no âmbito de uma reunião com os proprietários ou pelo menos com alguns proprietários, não sei se foram todos, havia de facto essa intenção de concretizar esse projeto. Mas vamos ser minimamente sérios, ter alguma honestidade intelectual, como alguém disse aqui “não há almoços grátis”, os proprietários não entregam a custo zero coisa nenhuma. O senhor, não sei se sabe o que é perequação? Não sei se o senhor sabe? Admito que não saiba e admito que se souber esteja a fazer demagogia política. Mas perequação de benefícios e encargos é um mecanismo que existe na lei para executar planos. E basicamente é o quê? É aquilo que nós justamente queremos fazer. Que é: Os proprietários entregam os terrenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mas depois vão recebê-los novamente, não é os mesmos terrenos, até pode ser noutra local, até pode haver coincidência de ser no mesmo. Mas entrega-se para um bolo todos os terrenos que estão disponíveis, vão ser feitas infraestruturas, estradas, há parte de terrenos que vão desaparecer, e depois tem que haver uma fórmula de devolver, de compensar esses proprietários pela contrapartida que deram. Eles vão ser naturalmente ressarcidos, eles não estão a dar nada, estão a ser parte numa parceria, é diferente. Agora o senhor, julgo que ouviu a minha intervenção há pouco, isto só é viável, se nós conseguirmos ter a garantia de que depois de efetivada esta operação estes terrenos vão estar disponíveis no mercado a preços aceitáveis, porque senão, os fundos comunitários não apoiam este projeto. Era o que faltava os fundos comunitários agora apoiarem o imobiliário. Portanto só se houver uma garantia efetiva, eventualmente um compromisso escrito com preços máximos, é que será possível. Repare, essa questão dos dez euros, está documentado, eu guardei religiosamente o ofício que mandei e a resposta que o senhor me mandou, e a resposta que o senhor me deu é pouco séria, dizer para fazer propostas nos termos do código das expropriações. E depois refere-me a má gestão de Lustosa. Então se para si foi má gestão em Lustosa, quer que se repita a má gestão? Não estou a perceber. Porque infelizmente neste país, as expropriações são verdadeiras lotarias, lotarias que saem sempre ao mesmo, a expropriação sai sempre aos proprietários. Portanto é evidente que se for pela expropriação não tenhamos ilusões, não é possível concretizar este projeto, este projeto só é possível concretizar com recurso a este sistema de perequação e com o apoio dos fundos comunitários. Agora é evidente, como disse aqui o João também, hoje em dia não vale a pena termos ilusões, não é de perto nem de longe o momento mais indicado para o efeito, basta ver o que se passa aí à volta não faltam zonas industriais vazias. E depois garanto-lhe que por vezes, na maior parte dos casos, os grandes investimentos, os investimentos que geram muito emprego não querem as zonas industriais porque não são compatíveis em termos de dimensão, normalmente um lote de uma zona industrial, mil, dois mil, três mil não passa muito disso. Este investimento que lhe falei há pouco por exemplo, só de área coberta são quase setenta mil metros quadrados, imagine. E vou-lhe dizer outra coisa, há uns anos atrás, na altura em que o senhor me respondeu com o código das expropriações, eu contactei-o por uma razão muito simples, é que havia um investimento alemão, fomos contactados através do ICEP que como sabe é a entidade que faz o elo de ligação entre o investimento estrangeiro e o país, eles queriam fazer, julgo que era uma fábrica de cartão, e lá está, havia a questão do preço. Eu falei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com o falecido Dr. Archer Leite e ele pediu-me a trinta euros o metro quadrado e eu disse-lhe não é possível. E portanto volto a dizer, sem termos preços acessíveis não há possibilidade para o efeito. A zona industrial não caiu. Não caiu coisa nenhuma, nós simplesmente retiramos do orçamento porque não há e não havia a perspetiva de... logo que haja, os orçamentos são, como nós dizemos aqui repetidamente, documentos dinâmicos. Agora nós somos presos por ter cão e por não ter, porque nos anos anteriores, nós tínhamos lá uma verba quase insignificante de cinco, dez mil euros, e a crítica que nos faziam era, isto é gozo, o que é que vão fazer com dez mil euros. Era só para manter a rubrica aberta porque logo que houvesse condições para concretizar o projeto a rubrica seria reforçada. Retirou-se, deixaram cair o projeto, vamos ter alguma seriedade e sobretudo temos que ter os pés bem assentes na terra e ver o que se passa à nossa volta, muitas pessoas, enfim, não têm essa capacidade e é pena que assim seja.» -----

----- TERCEIRO PONTO: Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012 -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O ponto que agora discutimos diz respeito aos documentos de prestação de contas referentes ao exercício do ano de dois mil e doze. Em termos técnicos não me parece que o documento mereça grandes comentários ou observações. Trata-se de um documento de natureza complexa para quem o elabora e muito mais para quem o analisa num curto espaço de tempo, com as limitações de acesso e confronto de informação. Por isso em termos políticos a leitura que fazemos deste documento é reveladora do mérito e razão que ao longo dos últimos anos, a coligação “Lousada Viva” fez aos anteriores documentos, acrescida da situação da grave crise económica-financeira que o país atravessa e das várias contingências, revertidas para o domínio do setor público empresarial e estatal, nacional e local, nomeadamente, pela aplicação dos preceituados da famosa lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Hoje mais do que nunca, os lousadenses ao tomarem conhecimento desta prestação de contas, perceberão, o quanto eram e estavam bem fundadas as críticas e observações que em devida altura fizemos aos documentos anteriores e ao curso da gestão municipal. Os lousadenses sabem e reconhecem o elevado nível de responsabilidade da coligação “Lousada Viva”, no acompanhamento dos dossiers municipais. Os lousadenses sabem e reconhecem que a coligação “Lousada viva” não se bate apenas por atos eleitorais, acima da disputa eleitoral estão os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interesses dos lousadenses e o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. Por isso os lousadenses sabem e reconhecem que os eleitos da coligação “Lousada Viva” não os abandonaram. Estivemos sempre presentes, firmes e convictos da mais-valia das nossas ideias e dos nossos projetos. Estivemos e continuaremos a estar sempre presentes e próximos das populações e da realidade de cada espaço geográfico do nosso concelho. Promovemos várias iniciativas de auscultação da população, das instituições e de proximidade à realidade do concelho, diga-se e sublinhe-se, em todas as freguesias e não só em algumas do nosso concelho. A constância e assertividade do trabalho político e autárquico permanentemente promovido pela coligação “Lousada Viva” ao longo dos últimos anos, confere-nos, o mérito e a razão para julgarmos a atividade do executivo municipal com bastante rigor e conhecimento interno da gestão municipal seguida pelo atual executivo socialista. Como diz o senhor presidente de Câmara: “não vai aprovar ou desaprovar o próximo relatório de contas”, ele diz isto na discussão em reunião de Câmara. Pois este é o último a ser votado na condição da sua presidência e acrescenta sentir-se reconfortado porque não vai deixar a Câmara numa situação de ingovernabilidade e de incapacidade a quem o suceder, podendo continuar a seguir um caminho com alguma reticência. Esta prestação de contas observa moderadamente os ditos anteriores, porquanto resulta numa melhoria dos principais indicadores de desempenho da gestão financeira da autarquia, embora importa realçar que estes dados resultam maioritariamente de três ou quatro situações: da contingência nacional de restrições impostas a todos os funcionários e entidades da esfera do estado; da suspensão do QREN; das próprias opções do executivo nos cortes às Juntas de Freguesia e ao movimento associativo do concelho; e da elevada exigência colocada ao nível do grau de execução prevista e orçamentada. Sendo possível então concluir que tudo isto reverteu no decréscimo do valor global do investimento do município em mais de cinco milhões de euros, comparativamente ao exercício de dois mil e onze. Acompanhado pelo decréscimo em mais de três milhões e meio de euros do valor global das receitas do município, comparativamente ao mesmo exercício de dois mil e onze. Ora, se por um lado apuramos uma melhoria dos indicadores de desempenho da gestão financeira da autarquia, que é de louvar, e bem assim reconhecer que se há melhoria é porque anteriormente estavam em pior situação, como sempre afirmamos. Por outro lado existe uma manifesta preocupação pelo decréscimo da atividade do município, associada ao decréscimo do volume financeiro disponível para gestão e investimentos. A par da contínua e permanente estrutura de custos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

despesas correntes que teimam não acompanhar os outros decréscimos verificados. Por isso mais do que nunca se exige uma verdadeira política de gestão municipal, assente na planificação e definição de prioridades estratégicas para o desenvolvimento do concelho. Como diz o senhor presidente de Câmara: “o caminho que temos pela frente apresenta-se com alguma reticência”. Pois é já dizem os postulados da teoria da contingência que não são apenas os fatores endógenos que orientam a gestão, também existem os fatores exógenos que interferem e comandam as ações da gestão ao nível organizacional. Se hoje nos encontramos numa situação de elevada fragilidade económico-financeira, maior se revela a importância da planificação atempada, pró-ativa e construtiva das melhores opções para o concelho, não somente para hoje ou para amanhã, mas principalmente para o futuro que pretendemos construir e assegurar para os nossos descendentes. E se há um pecado capital que pode ser apontado ao executivo socialista é o de não ter planificado o desenvolvimento do concelho em várias áreas da sua responsabilidade e intervenção. Acrescido da ausência de um projeto integrador das forças vivas locais e de projeção do concelho para patamares de índole supra municipal. Como disse ainda há pouco o senhor deputado João Correia, o melhor espelho e visão deste executivo, classifico eu, disse: “o que falta é um rumo, a definição de um rumo para o concelho”. Por isso há uma clara falta de afirmação do nosso concelho e daquilo que melhor o caracteriza no panorama regional e nacional. E esta falta de afirmação nem sempre é percebida por quem tem a atual responsabilidade de gerir os destinos do concelho. Talvez se deve ao facto do perfil e da falta de ambições patentes nos atuais responsáveis políticos, pelo órgão de gestão da autarquia, direi eu. É preciso saber gerir bem os recursos disponíveis, assim como saber priorizar os investimentos possíveis. É preciso saber controlar a ordem das despesas correntes, assim como acautelar os excessos e as gorduras organizacionais, aprimorando processos e procedimentos, otimizando estruturas e recursos. Mas acima de tudo é preciso ter rasgo e visão estratégica de futuro para o concelho, volto a repetir, é preciso ter um rumo para o concelho. Vivemos tempos em que mais do que nunca precisamos de políticos de P maiúsculo com visão, rasgo e sensibilidade social para defender os interesses das suas populações. E não somente de técnicos, muito sapientes na sua área de formação mas socialmente insensíveis, a gerir e desenvolver projetos de trabalho gratificantes para as comunidades. É tempo de voltar à polis como espaço de realização e integração social de cada indivíduo, criando um conjunto de ofertas e ações que promovam o seu crescimento e a sua realização pessoal, familiar e comunitária. Enquanto não fizermos isso não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

podemos sentir reconfortados com a ação que nos cabe, enquanto agentes políticos com responsabilidades, naturalmente diferenciadas. O enriquecimento social de uma comunidade não pode estar sujeita, nem pode ficar refém de qualquer comodismo ou “*laissez faire, laissez passe*” dos seus principais agentes e responsáveis políticos. É hora de intervir, envolvendo as pessoas numa coligação de interesses humanos e patrimoniais para um concelho cada vez mais vivo, prospetivo e ativo. Por isso defendemos um concelho vivo de valores, ações e empreendimentos sociais, transversal a todas as áreas de interesse político municipal. Naturalmente com maior e especial enfoque nos estratos da população mais desfavorecida, na juventude e nas famílias lousadenses.» -----

----- Era uma hora e trinta e seis minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: António Filipe Barbosa. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só queria saber o que é que isto tem a ver com a prestação de contas? Tudo bem. Quero referir-me à reunião do executivo de dois do corrente, sobre a prestação de contas do ano de dois mil e doze, mais propriamente à intervenção do senhor Dr. Agostinho Gaspar, pois foi o único vereador da oposição que usou da palavra sobre este ponto. É caso para admirar que a sua intervenção se resuma a meia dúzia de linhas, num ponto tão importante, mas perante o relatório de gestão que lhe foi presente a alternativa não podia ser outra. A nossa bancada fica satisfeita quando o senhor diz, cito: “ de notar a baixa de valores de dívidas a terceiros, que baixou, significativamente”. Seria por má gestão? A minha convicção, quanto a este ponto saiu certa, quando eu na última sessão me referi à informação sobre a situação financeira no segundo semestre de dois mil e doze. Para não os estar a maçar queiram ler a página trinta e seis da ata de vinte e dois de fevereiro que aprovamos há pouco. Quando se refere as despesas correntes e o senhor Carlos Nunes insiste nisto, só se a Rosário mandou documentos diferentes para mim, mas acho que não, mandou para toda a gente iguais. Quando se refere as despesas correntes e as receitas correntes gostava de notar o seguinte e que esta Assembleia tomasse também conhecimento. Não é verdade que as despesas correntes continuem a subir, como aqui foi afirmado e como o senhor vereador Agostinho Gaspar disse, baixaram: em dois mil e onze a despesa realizada foi de vinte milhões duzentos e vinte e seis mil duzentos e vinte e um euro e quarenta e sete cêntimos; em dois mil e doze, dezoito milhões setecentos e trinta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cinco mil quinhentos e setenta e nove euros e dezanove cêntimos; menos um milhão quatrocentos e noventa mil seiscentos e quarenta e dois euros e vinte e oito cêntimos. Mas é verdade que as receitas correntes continuam a baixar, infelizmente não é só no nosso concelho, é em todo o país. Em dois mil e onze tivemos receitas de vinte milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e um euros e setenta e seis cêntimos; em dois mil e doze vinte milhões trezentos e vinte e oito mil novecentos e cinquenta e seis euros e setenta e sete cêntimos. Portanto menos trezentos e vinte e cinco mil euros mais ou menos. Só uma pergunta quanto a esta parte: será que com a taxa do imposto municipal sobre imóveis a um valor de zero vírgula três por cento, as receitas correntes aumentariam? Análise das contas. Para avaliar a gestão municipal, interessa fazer-se a comparação entre as receitas e despesas correntes dos anos de dois mil e onze e dois mil e doze, porque se trata de valores calculados e executados de acordo com as regras definidas pelo POCAL. Assim, e comparando as receitas e despesas dos anos de dois mil e onze e dois mil e doze teremos: receitas correntes – dois mil e onze - receita orçamentada, vinte e dois milhões vinte e sete mil setecentos e sete euros; - receita cobrada vinte milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e um euros; – execução, noventa e três por cento. Receita orçamentada de dois mil e doze – vinte e um milhões setecentos e sessenta e três euros e seiscentos e dezoito euros: - receita cobrada vinte milhões trezentos e vinte e oito mil novecentos e cinquenta e seis euros; execução, noventa e três por cento. Despesas correntes – dois mil e onze - despesa orçamentada – vinte e três milhões trezentos e oitenta e sete mil setecentos e sete euros; despesa realizada – vinte milhões duzentos e vinte e seis mil duzentos e vinte e um euros; execução, oitenta e seis vírgula cinco por cento. Dois mil e doze – despesa orçamentada – vinte e dois milhões seiscentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dois euros; - receita realizada – dezoito milhões setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove euros; execução, oitenta e dois vírgula seis por cento. É de realçar o rigor na elaboração do orçamento, bem como a contenção nas despesas correntes, volto a frisar, criando um saldo, que suporta despesas de capital. Igualmente as despesas com o pessoal tiveram uma redução na ordem dos dez por cento, em números: dois mil e onze, tivemos despesas com pessoal de dez milhões seiscentos e sete mil seiscentos e vinte euros e sessenta e sete cêntimos; em dois mil e doze, nove milhões seiscentos e nove mil e trinta e um euros e trinta e quatro cêntimos.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido

Lousada, 26 de abril de 2013 Pag.68



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Congratulamo-nos com este relatório de gestão, porque todos os indicadores melhoraram em relação ao ano anterior com exceção das receitas correntes, conforme muito bem disse o senhor vereador Agostinho Gaspar. Com a agravante de o acesso ao crédito ter sido nula e impraticável e os projetos apoiados pelo QREN tenha sido feita com recurso a fundos próprios que limitou a ação do executivo, nomeadamente na área social conforme o mesmo refere, vejamos, execução dos documentos previsionais: – execução da despesa em dois mil e doze - grau de execução, setenta e um vírgula seis por cento; em dois mil e onze - sessenta e seis vírgula cinco por cento; - execução da receita em dois mil e doze - setenta e um vírgula sete por cento; em dois mil e onze - sessenta e cinco vírgula cinco por cento. A execução anual do plano plurianual de investimento aumentou de quarenta e quatro vírgula sete por cento para os cinquenta e três vírgula sete por cento. Tal valor poderia ter sido superior se alguns pedidos de pagamentos ao QREN fossem transferidos em tempo oportuno. Refiro-me, por exemplo, conforme refere o relatório aos últimos cinco por cento do valor de cada candidatura respeitantes a obras já concluídas que poderão orçar os quinhentos mil euros e que está retido. Senhor vice-presidente é preciso pressionar o governo senão este valor ficará lá retido eternamente ou ser-lhe-á dado outro encaminhamento. Os valores referidos coincidem, salvo um ou outro arredondamento sem significado, na certificação legal das contas do ROC. Houve recebimento de valores de participações relativas a projetos co-financiados que se refletiu na diminuição das dívidas de curto prazo, bastante significativa, referida na reunião de Câmara pelo senhor vereador Dr. Agostinho Gaspar. Os pagamentos a fornecedores conta corrente, passou de quarenta e seis para vinte e seis dias e de cento e quarenta e cinco dias para quarenta dias a fornecedores de imobilizado. Se todas as Câmaras pagassem assim este país não estava como está. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo desceu seis vírgula quarenta e seis por cento. Quanto a pessoal, cumpre-se escrupulosamente o limite às despesas com pessoal – artigo décimo da lei número quarenta e quatro barra oitenta e cinco, bem como a redução de trabalhadores artigo quarenta e oito da lei do orçamento de estado de dois mil e doze. Se alguma dúvida houvesse, aí têm o número de trabalhadores em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, quatrocentos e quarenta e dois. Comparado com os mil e tal falados ao tempo nesta Assembleia existe bastante diferença. A capacidade de endividamento é invejável cinquenta e cinco por cento, conforme se verifica pelo mapa que nos foi enviado. É de realçar o ótimo resultado da gestão municipal no ano de dois mil e doze pela análise de todos os documentos que instruem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conta e o respetivo relatório de gestão. E o mais importante quando há uma aprovação de contas conforme estamos aqui a referir é a oposição falar da dívida da Câmara, da dívida líquida. É curioso como se discutem os documentos de prestação de contas e os senhores vereadores Dr. Leonel Vieira e Agostinho Gaspar em reunião de Câmara e o senhor Carlos Nunes hoje, não falam da dívida da Câmara, quando anos anteriores anunciavam, erradamente os milhões em dívida. Lembram-se, senhores deputados, com certeza o que era dito: a Câmara está na bancarrota, deve umas vezes vinte e cinco milhões, outras vezes vinte e dois milhões, etc. etc. Meteram a mão na consciência, só agora. Vale mais tarde do que nunca. A dívida líquida da Câmara ultrapassa um pouco os nove milhões de euros e segundo julgo saber é por causa da empresa municipal “Lousada Século XXI”. O senhor vice-presidente explicará isto melhor do que eu com certeza.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Do relatório de gestão publicado em anexo aos mapas de prestação de contas de dois mil e doze, “balanço” e “demonstração de resultados”, podemos retirar as seguintes conclusões: o grau de execução da despesa e da receita, aumentou consideravelmente. A execução anual do plano plurianual de investimentos também aumentou significativamente, não tendo sido maior, por não terem sido satisfeitos atempadamente, os diversos pedidos de pagamento das verbas do QREN. É cada vez maior a fatia da receita corrente a financiar a despesa de capital. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores bastantes superiores aos do ano anterior, o que revela uma maior capacidade de gerar receitas próprias, indiciando uma boa capacidade de financiamento interno e portanto um satisfatório grau de independência. As vendas de bens e prestação de serviços aumentaram. Houve uma diminuição do valor de todas as despesas correntes, incluindo as despesas com o pessoal. Registe-se o aumento importante dos rácios da “rendibilidade” assim como dos rácios de “liquidez”, da “solvabilidade” bem como da “autonomia financeira”. Diminuição acentuada das dívidas a curto prazo e, também, do prazo médio de pagamentos a fornecedores. Diminuição apreciável dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, assim como do valor do endividamento líquido. Tudo isto conseguido sem recurso ao PAEL, o que demonstra a capacidade do município em controlar e equilibrar as suas contas, podendo, se assim o desejar ou necessitar, recorrer ainda ao endividamento sem qualquer tipo de problemas, o que prova também que o município de Lousada vive uma situação económico-financeira invejável, tanto ao nível do Vale do Sousa como a nível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nacional. O que dizem a este respeito os dirigentes da coligação “Lousada Viva”? Disse o senhor Dr. Agostinho Gaspar o seguinte na reunião da Câmara Municipal de Lousada de dois do quatro de dois mil e treze: “ há outra questão que se reflete nestas contas que é a suspensão do QREN, caso contrário teríamos que recorrer à banca para complementar a outra parte e os valores seriam diferentes” disse ainda: “A lei dos compromissos, apesar de não concordar com ela, tem este bom efeito”. Isto é, considera como “bom” o efeito da suspensão do QREN por parte do governo. Para o senhor Dr. Agostinho Gaspar foi bom o governo ter suspenso as candidaturas de construção ou remodelação dos sete centros escolares que faltam, previstos para diversas freguesias do concelho e propostas pelo executivo da Câmara Municipal. (Deixe o povo de Lousada fazer a interpretação. Não, esta interpretação é minha.) Isto para quem repetidamente afirma defender os interesses das freguesias contra o que chama de poder “centralista” do executivo da Câmara, é no mínimo digno de registo. O que diz o senhor Dr. Carlos Nunes hoje? Bla...bla...O que diz o senhor Dr. Leonel Vieira, candidato pela coligação “Lousada Viva” à presidência da Câmara de Lousada nas próximas eleições? Absolutamente nada. Na reunião da Câmara em que foram apresentados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e doze “entrou mudo e saiu calado” como costuma dizer o povo. Todos esses comportamentos dos dirigentes da coligação “Lousada Viva” só evidenciam o seguinte: primeiro, o fracasso total das táticas seguidas pela coligação durante todo este mandato que se basearam fundamentalmente na manipulação dos números e dos factos, recorrendo até à mentira, e também, nos belos discursos, cheios de adjetivos, que eu comparo a balões usados nas festas, que, embora sejam muito bonitos e coloridos, quando, no final da festa lhe espetamos um alfinete, verificamos que eles afinal, estavam cheios de nada. Segundo, o fracasso dos seus ataques constantes às obras mais emblemáticas iniciadas ou continuadas durante este mandato, centros escolares em todo o concelho, complexo desportivo em Lousada, obras de requalificação do centro da vila, de cuja importância por si mesmas, e, como catalisadoras do desenvolvimento económico e social de todo o concelho já ninguém duvida, excetuando claro, os dirigentes da coligação “Lousada Viva”. Terceiro, a inexistência clara e evidente, como há tempos referiu o ex-candidato à Câmara o senhor Pedro Matias numa entrevista do TVS, a inexistência clara e evidente de qualquer estratégia ou ideia para o concelho de Lousada e o seu futuro. É exatamente por isso que não bastará agora adotar slogans, sem qualquer legitimidade, uns que traduzem as posições defendidas pelo executivo da Câmara Municipal e do grupo municipal do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

PS e que a coligação “Lousada Viva” não teve a coragem de defender com a firmeza, como “Lousada 25 freguesias, sempre”, outros que são o resultado da estratégia seguida pelos diversos executivos do partido socialista ao longo de todos estes anos, como “Lousada é a capital da juventude”. É que, Lousada já é de facto a capital da Juventude. É exatamente por isso que qualquer tentativa de alterar esta situação através de propostas demagógicas e enganadoras não terão qualquer credibilidade, tais como, o aproveitamento oportunista e que se adivinha da grave situação de desemprego, peço desculpa por este comentário foleiro, até parece que eu sou bruxo, esta sessão demonstrou exatamente isso, procurando culpabilizar o executivo da Câmara por esta situação. Se como dizem estão verdadeiramente preocupados com a situação de desemprego no nosso concelho, na região ou no país, digam então, quando e onde alguma vez, o senhor Dr. Leonel ou qualquer outro dirigente da coligação “Lousada Viva” manifestou publicamente, o seu desagrado e oposição à política conduzida por este governo, de destruição da economia, consequência de uma política cega e teimosa de austeridade pela austeridade, quando? Onde? Para terminar, não posso deixar de aqui afirmar que aos excelentes resultados obtidos pelos executivos da Câmara Municipal de Lousada, durante todo o seu mandato e nomeadamente no ano de dois mil e doze, explanados nos documentos de prestação de contas, os dirigentes da coligação “Lousada Viva” responderam com nada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Carlos Nunes, o senhor vem aqui sempre em nome da coligação “Lousada Viva” porque alguém o manda certamente e traz um discurso já preparado também. Eu não acredito que seja capaz de corroborar com a verborreia que às vezes se vê. Explicar uma coisa, o senhor ao longo do último ano, esteve aqui várias vezes a falar em empregados da Câmara, houve até aí uma séria discussão na praça pública relativamente a tachos e coisa que tais. Quando vem aqui uma certificação de contas e orçamento, o senhor vem para aqui fazer campanha. O senhor falava em milhões, banca rota iminente, notícias e comunicados para os jornais e chegou aqui e nem “abriu o bico” não disse nada, a sua seriedade e a seriedade desse grupo parlamentar é questionada. Mais o senhor iniciou o seu discurso a dizer que este documento era muito maçudo, tinha tido pouco tempo para o analisar e portanto não ia falar nele. E depois diz que os lousadenses podem confiar em vocês. Eu pergunto quem é que confia em pessoas que assumem perante o público que não têm competência técnica para analisar este documento, e que chegam aqui para falar de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

orçamento que falaram ao longo de todo o ano e que não dizem nada. Onde é que está a seriedade intelectual? E eu só posso dizer isto por um motivo. Essa coligação tem uma pessoa que dirige o PSD, disse o que disse, está em ata, não sei se foi aprovada, imagino que sim, mas está em ata. Tem um candidato municipal que não disse nada, rigorosamente nada sobre o orçamento, tem uma líder do CDS-PP, que pelos vistos também faz parte da coligação, que nunca ouvi falar a não ser no jornal. E eu portanto pergunto-me, então os lousadenses podem confiar nestas pessoas? É essa a sua conclusão Dr. Carlos Nunes? Sabe porquê que eu vim aqui falar? Só por um motivo. E eu vou-lhe dizer qual é, é que eu não aceito que o senhor esteja aqui ao longo das últimas sessões, a dizer da ruína, da banca rota, o deficit, os desempregados, os tachos e essas coisas todas e depois quando chega a altura da prestação de contas que é um documento maçudo o senhor diz: desculpem lá, nós não temos competência técnica para analisar isso pá, mas temos um rumo. E diz isto depois de ter aberto na primeira parte as hostilidades, a dizer somos candidatos, está aberta a campanha eleitoral. Agora os lousadenses, é pena a comunicação social já não estar cá que eles iam adorar isto, esta inteligência. E esta correção é muito importante sabe, porque o senhor deixou de ter legitimidade para poder vir aqui atacar quem quer que seja. O senhor deixou de ter legitimidade para ir para os jornais falar em banca rota e falar em empregos e falar em números abismais. O senhor deixou de ter toda a legitimidade, o senhor e essa sua bancada.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Esta posição da coligação “Lousada Viva”, é lógico que, entregaram-se à evidência. Andaram, lutaram, lutaram e entregaram-se à evidência. Falaram na primeira volta, já não falaram na segunda, o Dr. Carlos Nunes falou, falou e não disse nada. Mas se calhar até sugeria que atribuíssem um voto de louvor à Câmara pela gestão financeira, porque é isso que nos dizem os números, temos por exemplo aqui o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município: valor do IMI, IMT, MMV, SISA, etc. quatro milhões, estou a arredondar, montante das participações nos impostos oito milhões, ou seja doze e depois, valor da dívida empréstimos de medio e longo prazo cinco. Neste momento está a ser discutida em Paços de Ferreira uma dívida de cento e setenta e um milhões, só para comparar. Mas concordo inteiramente com o que disse numa frase que eu memorizei: “ precisamos de políticos com P maiúsculo”. É por isso que todos nós sabemos que Pedro Machado será o candidato e será o vencedor das eleições.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

continuar à frente dos destinos do concelho. Porque eu sinceramente não conseguia fazer esse papel, é preciso ter demasiada desfaçatez para não dizer outra coisa. Começando pelas questões que eu fui anotando e depois perdi-me, sinceramente, e perdi-me porque era mais do mesmo e portanto também não era importante. Começou a sua intervenção por dizer que em termos técnicos não havia quaisquer considerações, não teve tempo, mas por acaso até tenho aqui dois reparos que já fiz aos serviços e que para o ano têm de ser corrigidos. Mas não é isso que nos traz cá, de facto o que nos interessa aqui são as leituras políticas. Acabou de ir ali defender a honra e falar de falsidade. Falsidade, é o senhor ir ali dizer que os cortes nas Juntas de Freguesia e nas coletividades foi uma opção da Câmara. Isso é que é uma falsidade, o senhor está farto de saber que isso não corresponde à verdade. Agora tem é que se decidir, ou concorda ou discorda da lei dos compromissos. E eu já disse publicamente que se percebo o espírito desta lei, não concordo, de todo, da forma como ela foi aplicada. Referiu que fica demonstrada a razão das críticas anteriores e que foi por causa das vossas críticas que nós diminuámos na despesa, foi por causa das vossas críticas que nós, pelos vistos fizemos cortes às Juntas de Freguesia e às coletividades. Não foi nada disso e vocês sabem disso. O que aconteceu é que nós vimo-nos confrontados de um dia para o outro com uma lei absurda que nos obrigou a parar pura e simplesmente. E vocês presidentes de Junta que estão aqui sabem que isto é verdade. Nós estivemos aí numa situação completamente absurda, como por exemplo ter valas abertas e não poder contratar a aquisição de betuminoso para as tapar, não conseguimos fazer face a compromissos que já estavam assumidos em orçamento de atribuição de subsídios às Junta de Freguesia e às coletividades, e porquê? Porque a lei é cega, e mais do que isso, é absurda porque trata-nos, como já alguém disse aqui hoje também, como entidades menores. Porque o estado, infelizmente, faz tudo que quer e que lhe apetece. E é inconcebível que a dívida que o estado tem para com os municípios, não conte como fundo disponível. E portanto, as Câmaras, não é só Lousada, isto é a nível nacional, embora tenham uma previsão, que eu diria que é praticamente certa, é certa, só se isto for mesmo à falência, sabemos que vamos receber mas não podemos contabilizar aquelas verbas para fazer despesa. Isto sinceramente não é sério. Eu começaria a intervenção por dizer que estes resultados que nós apresentamos aqui, não são os resultados que nós gostaríamos de apresentar, porque obviamente, estes cortes que fizemos nas Juntas de Freguesia, nas coletividades, não foi uma opção da Câmara. Isto foi uma opção determinada pelo governo, sejamos sérios. Agora é evidente que a poupança que existiu não se deve só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a isso, houve de facto aqui um esforço de grande contenção em todas as despesas correntes, nomeadamente no que respeita à despesa com pessoal, isso está claro, não vale a pena estar aqui a repetir. Há pouco, também a propósito do meu colega professor Vilar referiu que ele usou palavras vãs, palavras ocas. O que é que você fez aqui? Falar em rumo para o concelho, rasgo de visão estratégica o que é que isso diz? Não diz nada, o que é ter um rasgo de visão estratégica? Será recorrer ao PAEL? Como outros recorreram, se calhar? Será ter mais piscinas no concelho, como vocês defendiam no último programa eleitoral? Se é não me revejo nesse rasgo e nessa visão estratégica. Eu tenho dúvidas, se foi exatamente isto que disse mas a ideia foi essa “ técnicos bem preparados mas com insensibilidade social”, certamente não seria de mim porque eu não sou pretensioso, provavelmente estaria a falar do ministro das finanças. Portanto relativamente às contas, eu peço desculpa, vou repetir, já o senhor Ferro repisou, o senhor Santos já o fez também, mas nunca é de mais, e eu acho que no fundo um ato de inteira justiça, perante quem tem estado á frente da Câmara Municipal de Lousada ao longo destes anos. Chegar ao fim de vinte e quatro anos e apresentar estes resultados, é notável, com a obra que é por todos nós conhecida. E o desempenho deste ano, vem de facto na mesma senda, porque aumentamos a execução, como já aqui foi dito da receita e da despesa, diminuámos as despesas correntes nomeadamente as despesas com pessoal, aumentamos a poupança corrente, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, aumentou em, um virgula dezasseis milhões de euros. E houve grande parte dessa receita corrente que foi afeta a despesa de investimento, portanto para obras. E este é o caminho a seguir. O município que entrou no ano de dois mil e treze, sem dívida vencida a fornecedores e empreiteiros. Digam-me quantos casos existem? O município que tem, conforme aqui foi dito, uma capacidade de investimento superior a cinquenta por cento. Que sistematicamente, todos os anos no anuário financeiro vem lá vertido essas posições invejáveis em termos de rácios. O que é que vocês querem mais? Têm de procurar outros argumentos e outras lutas. E têm que sobretudo concretizar o que é isso do novo rumo e da visão estratégica. Como disse, são palavras vãs, palavras ocas. E só para terminar, o senhor Santos também me fez aqui a questão da dívida líquida. Eu de facto julgo que em dezembro, tinha dito, provavelmente aqui na Assembleia, que a nossa dívida líquida era sete virgula cinco milhões de euros e de facto era. Agora passa para nove mil, por causa do destino que nós demos à Séc. XXI. As participações sociais contam como ativo, a partir do momento em que nós, como sabem, reduzimos drasticamente o capital social porque o imóvel deixou de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

capital social da Séc XXI, baixou também a participação social. Mas o valor do imóvel não conta para efeitos de ativo e por isso é que dá esta diferença. É uma questão meramente contabilística, na prática nada muda, a não ser esse resultado contabilístico. Por isso eu acho que, sem falsas modéstias e sobretudo com muita honestidade, acho que todos nós nos devíamos congratular com estes resultados e assim tivessem feito, já não digo todas mas a esmagadora maioria das entidades públicas e certamente que não estaríamos, todos nós, a padecer do que estamos a padecer atualmente.-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2012, conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número dois do artigo quarenta e sete da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro” ---

----- A proposta número um foi aprovada por vinte e nove votos a favor e onze abstenções dos seguintes membros: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo; Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira; Virginia dos Santos Monteiro; Maria Emilia Chamusca; Carlos Manuel Nunes Joaquim José Bessa Cristóvão Simão Ribeiro José Campos de Barros António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei João Edgar Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silveiras.-----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- Declaração de voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ Abstive-me na votação da prestação de contas porque efetivamente, entendo que esta prestação de contas resulta essencialmente da contingência nacional colocada ao nível das restrições impostas a todos os funcionários e entidades da esfera do estado, no decréscimo de dez por cento, nos vencimentos dos funcionários públicos, como é sabido; da suspensão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

QREN, porque efetivamente também provocou aqui alguma modificação na prestação de contas; do sacrifício a que foram colocadas as Juntas de Freguesia e as Associações deste concelho, não todas, porque leia-se e entenda-se que antes da publicação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, que é de vinte e um de fevereiro de dois mil e doze, o executivo municipal soube acautelar algumas prestações financeiras para algumas entidades deste concelho. Como disse, a lei é publicada em fevereiro de dois mil e doze e o executivo antes da publicação de lei, soube acautelar a prestação de alguns financiamentos a algumas entidades. Por isso é que eu disse que há aqui opção própria nos cortes tomados às Juntas de Freguesia e ao movimento associativo do concelho, que de facto decorre da lei dos compromissos mas também de uma opção própria de antes não o ter acautelado, como o fez para outras entidades. Portanto daí a minha abstenção, porque de facto também a lei coloca, cada vez mais, um elevado nível de exigência no que diz respeito ao cumprimento do grau de execução previsto e orçamentado.» -----

----- QUARTO PONTO - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente a este ponto dizer que a opção de voto vai ser a abstenção. E vai ser porquê? Porque efetivamente nem todos temos o tempo necessário e disponível para analisar todo aquele inventário de bens que nos é remetido em cd-rom. Portanto em boa-fé, não posso julgar nem bem nem mal, aquele documento que nos é apresentado. Já percebi que há aqui alguns bens patrimoniais que ainda não estarão devidamente registados, enfim desconheço a causa, confesso. Mas também há um conjunto de bens patrimoniais ali elencados que eu também desconheço a existência. Portanto acredito naquele documento mas no desconhecimento factual do mesmo remeto-me para abstenção.» -----

----- Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais conforme estabelece na alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- QUINTO PONTO – Candidatura ao sistema de apoio à modernização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

administrativa dos Municípios do Tâmega e Sousa; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, o reconhecimento de que a candidatura ao sistema de apoio à modernização administrativa dos municípios do Tâmega e Sousa (SAMA-TS), reveste-se de um carácter estratégico e é prioritário na respetiva implementação, considerando a visão e a missão dos objetivos que pretende atingir, para efeitos de declaração que deverá instruir a candidatura” -----

----- A proposta número dois foi aprovado por unanimidade de quarenta votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Nelson Oliveira-----

----- SEXTO PONTO - Alteração dos estatutos da Empresa Municipal “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM” – Retificação; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, que retifique a sua deliberação de 22 de fevereiro de 2013, nomeadamente o nº 1 do art.º 1 dos estatutos aprovados, no sentido de onde consta “ Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas – Sociedade Unipessoal, Lda, EM, passe a constar “ Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – EM Sociedade Unipessoal, Lda, mantendo a demais deliberação e os estatutos anexos a ela nos exatos termos em que a mesma foi aprovada e autorize a outorga de escritura de retificação da citada escritura de alteração de estatutos e documento complementar anexo, outorgada no cartório Notarial de Lousada, a cargo da Dr.ª Ana Luísa Ferreira” -----

----- A proposta número três foi aprovada por trinta e nove votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participou na votação o seguinte membro: Nelson Oliveira-----

----- SÉTIMO PONTO Assunção de compromissos plurianuais – procedimentos abertos no ano de 2012; -----

----- Esclarecimento do Sr. Vice-presidente: «É de facto um exemplo típico do absurdo daquilo que nos está a ser imposto. Estamos a falar e já não é a primeira vez que isto cá vem, despesas que tenham reflexos em mais de um ano económico, seja o valor que for, tem de vir á Assembleia Municipal, no caso em concreto estamos a falar de dezoito mil euros e vinte e nove mil, é um absurdo e infelizmente casos como este é o que mais aparece na nossa gestão. -----

----- Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento dos procedimentos que foram abertos no ano de 2012, na sequência da autorização genérica aprovada pela Assembleia Municipal em 28/09/2012, para assunção de compromissos plurianuais, para encargos que não excedam o limite de €99.759,58. -----

----- OITAVO PONTO: Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2012 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada; -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente e muito rapidamente por causa do adiantar da hora. Da análise do relatório de atividades da CPCJ de Lousada, a CDU-Lousada entende que é de grande importância acompanhar a sua aplicação no tempo, sendo que a lei data de noventa e nove. A CDU entende que sobretudo num momento de agoniação de crise económica e social, importa também refletir sobre as condições materiais e humanas das comissões de crianças e jovens em risco, contra a exclusão e pobreza infantil e da garantia de que esses instrumentos têm para a salvaguarda dos seus direitos.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: Também muito telegráfico. As pessoas às vezes olham para aqui para estes relatórios da CPCJ um pouco à pressa, mas é de salutar este trabalho que é feito numa área tão importante. Atualmente estão a atingir um ponto quase sem retorno e temos mesmo que fazer face a tudo isto e isto tem que ser uma prioridade. Portanto quero dar parabéns à autarquia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

por tudo isto, porque realmente isto é realmente o que importa.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Eu permitia-me só acrescentar ali às declarações do Nelson que a autarquia é apenas um elemento da comissão restrita. Há duas comissões a alargada e a restrita. De facto é um trabalho muito meritório, pessoas que dão muito do seu tempo por uma causa tão nobre. No sábado tivemos aí como sabem umas jornadas, em que pessoas desta área estiveram aí a debater ideias e a partilhar experiências e contamos também com o presidente da comissão nacional de proteção de jovens e crianças em risco. É um assunto que nos deve manter cada vez mais alerta.» -----

----- Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento do Relatório Anual de Atividades e avaliação da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens do ano de 2012, cumprindo a alínea h) do nº 2 do art.º 18º coadjuvado pela alínea d) do art.º 24º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, atualizada pela Lei 31/2003 de 22 Agosto. -----

----- NONO PONTO – Documentos previsionais do ano de 2013 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa; -----

---Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2013 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o nº 2 do art. 29º dos estatutos da CIM-TS.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão os seguintes membros: -----

----- Abílio Alves; -----

----- José Manuel Gonçalves;-----

----- Branca Cecília Sousa; -----

----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira;--

----- Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia da Ordem .-----

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: António Filipe Barbosa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apenas a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de quarenta votos. ---

----- Não participou na votação o seguinte membro: Carlos Alberto Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Eram duas horas e quarenta e um minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
